



CDHPF
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
DE PASSO FUNDO

Direitos Humanos em travessia

Ensaio a partir de diálogos
no contexto da Covid-19



Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF)

Direitos humanos em travessia:
ensaios a partir de diálogos
no contexto da Covid-19

Passo Fundo
Saluz
2020

© 2020 Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPPF)

Coordenação Geral

Paulo César Carbonari, Luciane Zanella, Edivânia Rodrigues da Silva, Angelita Weber e Alexson José da Silva

Coordenação dos “Diálogos”

Paulo César Carbonari

Apoio Técnico

Diego Ecker
Ana Paula Araújo Carbonari

Organização da Publicação

Paulo César Carbonari

Capa e projeto gráfico: Diego Ecker
Diagramação: Diego Ecker e Rodrigo Oscar Roman
Revisão: Autores

C733d Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPPF)
Direitos humanos em travessia : ensaios a partir de diálogos no
contexto da Covid-19 / Comissão de Direitos Humanos de Passo
Fundo. – Passo Fundo: Saluz, 2020.
106 p. ; 17 x 24 cm.

ISBN: 978-65-88324-05-9

1. Pandemia de Covid-19. 2. Direitos humanos. 3. Ética e ciência.
4. Espiritualidade. 5. Estado de exceção. 6. Neoliberalismo. 7. Ensino
remoto. 8. Ensaios. I. Título.

CDD: 614
CDU: 614(81)

Catálogo: Marina Miranda Fagundes - CRB 10/2173

2020

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total
desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda
ou qualquer fim comercial.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Apresentação | 5 |
| Direitos humanos no pós Coronavírus | 7 |
| José André da Costa | |
| Reflexões sobre ética e ciência: ensaio no contexto de pandemia Covid-19 | 20 |
| Paulo César Carbonari | |
| Direito à cidade e a Covid-19..... | 40 |
| Edivânia Rodrigues da Silva | |
| Espiritualidade e arte de cuidar no contexto da pandemia: um diálogo em tempo de travessia | 43 |
| Nilva Rosin | |
| Os delineamentos e confluências entre o material e o espiritual em uma nova época | 52 |
| Israel Kujawa | |
| O estado de exceção e a pandemia: uma análise filosófica.... | 59 |
| Ésio Francisco Salvetti | |

| | |
|---|------------|
| Crise do neoliberalismo e Coronavírus | 70 |
| João Alberto Wohlfart | |
| Educação em tempo de pandemia: a experiência da educação por ensino remoto e de limitação da convivência na escola | 81 |
| Eldon Henrique Mühl | |
| A pandemia do Coronavírus e a vida das mulheres: enfrentamentos e resistências..... | 93 |
| Eva Valéria Lorenzato e equipe | |
| A saga humana: o tempo e o direito..... | 98 |
| Julio Ramos | |
| Acesse os Diálogos Direitos Humanos em Travessia..... | 102 |

Apresentação

Um acontecimento atingiu a todas e todos, mas de modo ainda mais forte aquelas e aqueles que já estavam em desamparo em razão da pobreza e das desigualdades, a pandemia de Covid-19. Fomos instados a tomar medidas drásticas de segurança e de cuidado para a preservação da saúde. O distanciamento, o lavar as mãos, o álcool em gel, o uso da máscara, o teletrabalho, o “fica em casa”... Momentos e movimentos contraditórios. Negacionismos, necropolíticas, mas também muita solidariedade e reinvenção.

Sentimos imediatamente. Estávamos nos preparando para fazer a Assembleia Ordinária anual da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF). Estava marcada exatamente para o primeiro final de semana depois que se começou a recomendar que não houvessem reuniões, que se observasse o que se começou erroneamente a chamar de “distanciamento social” que, depois de criticado, passou a ser chamado de “distanciamento físico”.

A Assembleia ocorreu por meio de videoconferência. Diego Ecker sugeriu e testamos um recurso que tínhamos ouvido falar e que estava disponível no pacote GSuite da CDHPF, o Meet do Google. Deu certo. Nos encontramos no dia 21 de março, estávamos em um bom número, mais de 20 associados/as presentes. Fizemos tudo o que precisávamos fazer na formalidade da Assembleia. Nos perguntamos o que viria a se seguir, como a entidade seguiria atuando na promoção e proteção dos direitos humanos. Entre outras ações possíveis, surgiu uma nova: realizarmos encontros semanais para trocarmos ideias sobre temas e propostas de atuação.

Assim nasceram os “Diálogos Direitos Humanos em Travessia”, encontros semanais, aos sábados pela manhã. Uma hora, por videoconferência. Formato simples, para cada encontro um tema. Uma das associadas ou dos associados preparava uma fala de uns 30 ou 40 minutos e depois se seguiria um breve debate. Assim se fez. Foram 15 encontros na primeira rodada que foi de março a julho. Os encontros foram gravados e disponibilizados nos canais da CDHPF (ao final desta publicação o link para cada um deles).

Num certo momento apareceu uma sugestão: porque não desafiar a quem trabalhou nos encontros para elaboração de um texto a ser publicado. Assim se encaminhou. Fez-se uma chamada para que quem assessorou, mas também outros/as associados/as que quisessem, elaborassem ensaios para uma publicação coletiva. Reunimos os textos que chegaram até final de setembro. Chegaram esses que seguem reunidos nesta publicação.

Assim, a CDHPF oferece, com esta publicação, mais uma singela contribuição ao debate e à reflexão sobre os direitos humanos no contexto da pandemia de Covid-19.

Passo Fundo, dezembro de 2020.

Coordenação Geral da CDHPF

Direitos humanos no pós Coronavírus

José André da Costa¹

A iniciativa da CDHPF, através do “Direitos Humanos em Travessia” é uma significativa e pertinente proposta para discutir direitos humanos em tempos de pandemia. Início trazendo à lume uma categoria cara ao nosso tempo: a Utopia. Em certo sentido é voltar ao Ezequiel 37, da Bíblia, do tempo do povo hebreu exilado na Babilônia, com a narrativa dos ossos secos².

Estou acompanhando o que tem saído na mídia, nos jornais e nas revistas especializadas e também em outros meios de comunicação as notícias deste problema dramático do coronavírus, que vem ceifando milhares de vidas humanas em âmbito nacional e internacional. Para escrever este artigo me amparei no livro “O

1 Professor das Faculdades Integradas da América do Sul (INTEGRA - Caldas Novas, GO) e associado da CDHPF.

2 A visão do vale de ossos secos mostra que não há nenhuma situação que Deus não pode transformar. Nem mesmo a morte é mais poderosa que Deus. O vale de ossos secos é uma mensagem de esperança. No tempo em que Ezequiel recebeu essa profecia, o povo judeu estava exilado no império babilônico e Jerusalém estava destruída. Não havia mais esperança. O povo se sentia morto, abandonado por Deus, sem futuro (Ezequiel 37,1-14).

*princípio esperança*³“ de Ernst Bloch⁴. E logo fui buscar o conceito “*Docta spes*”, aprendendo com a esperança e deparei-me com o livro de Nelson Fossati⁶, engenheiro eletrônico, que faz pensar e dá muito o que pensar sobre o tema da *esperança e da técnica*. Ele expõe com força teórica como pensar as utopias técnicas na história. Nesse tempo, as tecnologias estão aí e a Covid-19 nos põe em pandemia... e agora? Estamos aqui e aí! – Pensar, sentir, criar, agir?

Estamos em um tempo especial para pensar as antinomias como: tensão na esperança. Antinomias, nada de dicotomias. Não é a questão do bem e do mal, pois ressuscitar o tema do maniqueísmo neste momento não contribui em nada, é deixar de contribuir politicamente, teologicamente, escatologicamente para uma saída possível frente a situação viral que assola o mundo na atualidade. É interessante recobrar nossa memória como dimensão ética, nossa cognição para nos darmos por conta que estamos interconectados, ou seja, conectados com o mundo. Esse vírus, Coronavírus, veio para nos acordar, veio exatamente para nos dizer que estamos conectados com o mundo. Por outro lado, nenhum país pode resolver esse problema individualmente, como noticiam os jornais. Nenhum país tem a patente, a tecnologia que resolva esta problemática do vírus. Nenhuma parcela da nossa sociedade pode ser desconsiderada se quisermos efetivamente enfrentar esse desafio global.

3 O *princípio esperança* “apresenta-se como um vasto tratado sobre a utopia, o sonho, o impulso de transformação. Publicado na Alemanha Oriental entre os anos de 1954 e 1959” (*O princípio esperança*, v. 1, 2005).

4 Ernst Bloch (Ludwigshafen, 8 de julho de 1885 - Tübingen, 4 de agosto de 1977) foi um dos principais filósofos marxistas alemães do século XX. Escreveu durante sua vida, longos 92 anos, sobre os mais diversos assuntos, mas especialmente sobre utopia, pelo qual hoje é conhecido.

5 Esperança esclarecida, pensante.

6 *Docta Spes* e as utopias técnicas: antinomia como tensão na esperança em Ernst Bloch (Nelson Costa Fossatti, 2014).

Agradeço ao professor João Wholfart pelas sugestões acerca do tema que passo a usar muitas de suas reflexões sobre a Covid-19. Esse vírus é um dos testes não apenas em nossos sistemas e mecanismos de assistência médica, para responder as doenças infecciosas infelizmente. Mas é também um teste de nossa capacidade de trabalharmos juntos como comunidade, como rede, como nações solidárias em âmbito mundial. Enfim, diante deste desafio comum, esse vírus veio colocar toda a humanidade “na parede”. O desafio é: ou seremos de uma vez por toda solidários ou não teremos mais solidariedade, deste ponto de vista. Ou sejamos solidários efetivos, ou morremos todos “na praia” e caminhamos para a nossa extinção como gênero. Mais adiante retomo essa ideia para dizer o que eu penso sobre o que é anunciar a utopia em tempo de pandemia.

Que experiências vitais o Coronavírus está deixando?

A pergunta que a maioria das pessoas faz na rua, nas portas das igrejas, nos bares, enfim, em qualquer porta que cruzamos é: e depois da Covid-19, teremos aprendido algo de novo? Será que seremos mais afetivos e menos rígidos? Ou continuar encasulados em nossos conceitos fixos? O mundo será mais equilibrado? A pergunta aqui é do nosso companheiro Leonardo Boff, será que o mundo será mais equilibrado depois desse cataclismo? E aí a pergunta positiva: será que depois desse vírus teremos um novo axioma? Qual será? Terá valido a pena? Com essa experiência do Coronavírus o que está acontecendo conosco que trabalhamos agora em nossas casas? Que estamos fazendo as reuniões a partir de nosso recinto, que nós comunicamos agora a distância, para gerar proximidade. O que está acontecendo com nossas escolas, com nossas Igrejas, com nossas universidades, que operam agora

nessa palavra chique: “online”. Interessante agora que os clérigos estão fazendo reuniões tudo online, o que antes era visto como uma coisa meio pecaminosa, mas agora se tornou algo muito bom e interessante. Então prestemos atenção, a positividade nós temos que arrancar também daqui! E aquela assertiva teológica que nós cristãos/ãs dizemos que é da cruz que provem a salvação e a vitória sobre a morte, a ressurreição. A Covid-19 é a cruz atual, portanto, é o momento da morte.

De fato, ou levamos a sério a Cristologia que anunciamos em nossas comunidades que é da cruz que surge a salvação, que é da opressão que é gerada a libertação senão do contrário o nosso discurso escatológico é puro delírio e irresponsabilidade frente a desgraça do sofrimento humano. É desse vírus que se apresenta flagelando a vida e a esperança de milhares de pessoas no mundo que vai nascer a sociedade nova ou senão teremos de enterrar o nosso discurso, que da morte vem a vida. Por outro lado, poderemos continuar sendo narcisistas, consumistas acrílicos, solipsistas, ficando a mesma coisa de antes? Quem será o nosso parceiro do diálogo de agora para frente? Ou vamos continuar com nossos mesmos preconceitos contra os homossexuais, contra as definições sexuais e assim por diante? Esse homofobismo disfarçado e assim por diante? Envenenando a nossa flora e nossa fauna? Essa maledicência infeliz que vemos no seio da sociedade, que é a questão de gênero, carregada de visões enviesadas e por preconceitos selvagens, que tem gerado matança de pessoas por ter orientação sexual que seja a heterossexual.

A pergunta “de fundo” que eu faço para todos nós (que aqui vou usar a palavra bem aberta mesmo): como falar de Deus depois dessa experiência com o Coronavírus? Como falar da experiência de Deus? Como falar da esperança, como anunciar a utopia depois dessa experiência da Covid-19? No fundo é a pergunta pós guerra de 1945, que todo mundo levantou em 1946, que está voltando novamente. Então eu penso, acompanhando o livro que passei lendo

neste tempo de quarentena que essas respostas vão depender muito de como nós vamos viver e superar essa pandemia, e o depois, o pós, o *after day* desse vírus planetário global desse nosso tempo, vai depender de como vamos escolher viver (não gosto de falar essa palavra bélica mas não estou achando outra aqui) essa guerra.

E o futuro? Uma situação delicada de fala, não “quero ser visionista”. Mas temos que ter a coragem de colocar com toda a tranquilidade essa questão de horizonte. Já falamos anteriormente que em certo sentido há futuro: futuro do progresso, futuro da emancipação, o futuro está aberto e a esperança não acabou. Para abordar aqui esta questão é que muitos falam que agora no momento não há mais otimismo, outros falam que agora só há otimismo. Eu sou daqueles que gosta de guardar o pessimismo para melhores dias. Penso que o futuro está aqui mesmo e encontra-se em disputa. Tem muita gente interessada no futuro, para quem está aí achando que tem que guardar as ferramentas... cuidado hein! Muita gente tem prata guardada “na tuaia” (vou usar um termo para que todo mundo entenda do que estou falando), que está muito interessada no futuro, por isso ele está tão em disputa.

A primeira notícia era o vírus, foi em menos de dois meses a primeira morte que aconteceu, que se não me engano foi registrada na China. Ele atravessou o mundo trazido por turistas e por muita gente que viajou o mundo e foi tomando conta como uma avalanche. Depois, o que foi acontecendo? Por mais que não se percebesse, esse vírus foi sendo onipresente no planeta, ainda que de modo totalmente invisível. Como uma espécie de “entidade espiritual” para os olhos humanos, me desculpem a metáfora.

A ética do cuidado e a avareza do mercado

São aproximadamente 1,7 bilhões de seres humanos, o que dá 1/5 (um quinto) da população global, que está em isolamento físico, vou usar esse termo “físico” de propósito, social não, nós estamos isolados fisicamente, mas espiritualmente e socialmente estamos muito bem relacionados. Isso é algo que devemos tirar grande aprendizado. Então, se formos observando escolas, restaurantes, cinemas, aviões, Estados e toda a situação de escolaridade, hoje estamos de portas/corredores cerrados. Ou seja, as inteligências, a sensibilidade do mundo, reconhecem que é um momento muito sensível e que temos que ter um cuidado tremendo e dramático. Quem achava que pensar a ética do cuidado era pensar perfumaria, que era pensar apenas etiqueta social, enganou-se. Ou nos cuidamos de uma vez por todas da eco-vida, ou de fato todos nós nos liquidamos. Só não percebem essa situação alguns paranoicos, que chegam até a presidente da República. A cartilha do liberalismo selvagem, que fica agora com essa conversa eufemista, deixando de louvar o mercado como um deus, muda seu credo e fica agora gritando pelo favorecimento do Estado. De novo estão passando a tigelinha, pedindo ajuda do “pai Estado”. A este propósito se não me engano, o colega Valdevir na vez passada falou exatamente isso, cadê o mercado agora? Agora o grito é: “cadê o Estado”. Esses camaradas, os ardilosos, defensores dos planos de saúde, veja bem, compartilhem campanhas pelo fortalecimento do SUS e agora esses “terraplanistas” estão exigindo respostas rápidas, urgentes, da ciência. O Trump e seus correligionários, as trombadas da racionalidade ética, meses atrás ridicularizaram os cientistas, agora estão apertando os cientistas para saber sobre resultado da “vacinazinha”.

Então falar de utopia diante dessa pandemia é perguntar se o mundo será mais o mesmo? Eu diria o mundo não será o mesmo, de fato o mundo não pode ser o mesmo. Quando falamos isso “o mundo não será o mesmo” vemos que as ficam pessoas assustadas, “esperem, vamos devagarito”. O mundo não será mais o mesmo, mas talvez o mundo pode ser que seguirá sendo do mesmo jeito, da mesma maneira, se comportando do mesmo jeito ou pode ser melhor, com um salto de qualidade total, de aprendizagem e de qualificação total, ou pode ser pior, como diz o filósofo coreano que estou lendo – Byung-Chul Han (escreveu sobre a sociedade do cansaço). Ele disse que o capitalismo vai voltar com muito mais fome e voracidade depois da passagem do Coronavírus. E agora? Eu, por enquanto, não estou “na sala de espera”, mas acho que não tenho coragem de afirmar tudo isso agora pois não chegamos no *day after*, mas também não dá pra afirmar nesse ponto de vista aqui nem ficar no relativismo. Só que penso com os pés no chão para manter a racionalidade vigilante. Os “muito pós” podem ser a mesmidade, podem ser o diferente ou podem ser pior, vai depender da nossa responsabilidade.

A força da utopia e a normose social

A utopia não se opõe à realidade, antes, ela pertence a algo de onde ela brota. Chegou o tempo de nós lermos a utopia⁷ de Thomas More (1478-1535), porque ela é feita, ela nasce daquilo do que ela mesma é feita. Sabemos das duas partes do livro de Thomas More, uma crítica à sociedade inglesa e a outra à ilha na qual ele

7 A palavra “Utopia” aparece pela primeira vez na obra homônima de Thomas More. Significa “não lugar”, ou seja, um lugar que não existe na realidade.

projetava a sociedade que tinha que ser totalmente diferente. Ela é um potencial, na verdade. A utopia é um grito para dizer que o presente não nos basta. Penso que esse é um discurso que temos que traduzir em potencialidade, em capacidade, crítica, para dizer que tudo isso que se está dizendo, que certas falas devemos construir desse ponto de vista. Então eu diria que a utopia na verdade nasce desse transfundo (usando aqui uma linguagem de Ernest Boch), de virtualidades presentes na história, na sociedade e também em cada pessoa.

Além de nossa sobrevivência, o que na verdade escutamos neste momento é que o mundo em que nós vivemos vai mostrar para nós de que qualidade de humanos seremos depois dessa pandemia. O mundo que vivemos agora vai nos mostrar isso. Insisto em uma questão, o que na pandemia pode-se dizer, ou que muitas pessoas dizem: “que não há escolha”, não é verdade, que também há um discurso muito perigoso dizendo que durante uma pandemia não há escolhas éticas. Aliás, o nosso comandante maior (que não quero citar nomes, usei “comandante” de acordo com a linguagem que ele usa) disse que agora tem que agir, que se vai morrer 200, 300... pessoas, faz parte da vida! Temos que ter responsabilidade ética nas afirmações e nas ações. Não é verdade que não há escolha, a verdade é que na pandemia isso tem que se dizer, as escolhas são muito mais difíceis e as perdas decorrentes delas são muito maiores do que em “tempos normais”, na vivência normal. Isso não pode ser negado, mas tem sim responsabilidade. Senão no pós-guerra não haveria como responsabilizar ninguém por crimes. Nesse “discurso barato” não dá para entrarmos, estou dizendo isso aqui tranquilo, mas no “varejão do vox populi”, do senso comum, esse discurso está entrando com naturalidade. Essa normose⁸ social é a praga política que está junto com a Covid-19. Isso exige

8 A doença de ser normal é um conjunto de hábitos considerados normais pelo consenso social que, na realidade, são patogênicos em graus distintos e nos levam à infelicidade, à doença e à perda de sentido na vida.

precaução discurso da narrativa da naturalização da mortalidade: “está morrendo, morra”, aí a coisa vai realmente para o caos social.

Então na pandemia temos, nesse tempo, dois caminhos: um da ordem pessoal e outro da ordem comunitária e coletiva. Nós tornamos melhores (aqui no sentido ético), do que somos ou nos tornamos piores do que somos, em sentido de qualificação humana, de qualidade afetiva. O Coronavírus, essa guerra ou essa situação permanente que travam debates de muitas ordens são momentos radicais da organização da geopolítica mundial. Isso expõe a nudez da nossa sociabilidade. O duro é ser chamado e ter medo de assumir as nossas responsabilidades, porque é isso que esse momento está fazendo conosco. Em certo sentido, esse vírus está nos levando a olhar para dentro nós mesmos, o sair para fora foi mais fácil, ou pelo menos achamos o caminho, as veredas para fazer para fora. Mas aí o grande problema é como fazer o caminho para voltar para dentro, para fazer a revisão para dentro, Acima de tudo o coronavírus está nos causando um choque ético.

Em tempos normais, podemos fingir que não estamos escutando, nós não estamos escutando a interpelação de nada, nem dos direitos humanos, nem de pau de arara, nem de nada. Agora não tem como fugir, nem lacrando os ouvidos, ou fechando os olhos, o vírus é algo presente e transpõe barreiras. Usando uma metáfora: do ponto de vista social a avalanche das enchentes não vem mais pelas barrancas do rio, mas vem pelos bueiros. Temos que trocar essa metáfora, não vem mais pelos ralos, agora vem pelas gretas das portas e pelos ares, não tem mais como escapar, não tem maneira. Evidentemente, então cobrimos essa voz com automatismo, as vidas se resumem em consumir a vida, em consumir o planeta, isso tudo tem a ver com essa questão.

O colapso da lógica do “parasita e do hospedeiro”

A sensação é agora já não se pode consumir, porque logo pode não haver mais o que se consumir. A lógica do parasita e do hospedeiro parece que agora entrou em colapso, nem quem pode produzir o que consumir pode mais estar nessa cadeia. Então a pergunta que fica é a seguinte: como é que se aprende a fazer essa separação do produzir e consumir? Penso que logo mais teremos que trazer para essa roda “as revoluções das redes” do André Manuce, que tem a afirmativa de libertar as forças produtivas.

Agora, se usamos a palavra “guerra” nesse nosso momento, como está sendo usada por alguns gestores, principalmente por esse pessoal do Executivo, então nós precisamos olhar cuidadosamente quem é o inimigo, tem que se declarar o inimigo com o nome. E se fala quem é o inimigo, então pronto, dê nome. O inimigo declarado que é contra a natureza, contra o céu, contra o mar, contra tudo, chama-se Coronavírus.

Não tem como dar tiro em vírus, não tem como matá-lo com um canhão e não adianta agora buscar baioneta ou coisa do gênero, o problema é esse. O vírus não é como já apareceu nos periódicos: “o vírus não é e não tem consciência, ele não tem moral, não tem escolha”, esse é, e ponto. Vamos precisar derrotá-lo. Derrotá-lo aonde? Na floresta amazônica não! Derrotá-lo em nossos corpos, neutralizá-lo para reiniciar uma outra perspectiva de vida, uma outra organização social, que vamos dizer com toda honestidade, podemos chamar isso de “outro mundo possível” ou “outro mundo que virá”, quando nós derrotarmos de vez esse vírus do nosso corpo. Na verdade, o que ele está fazendo agora é buscar alguém que o hospede, olha o que ele faz: dá um coice no capital e fica procurando alguém para se hospedar, e quem paga o preço somos nós.

Tudo indica que outras pandemias podem acontecer, e com outros tipos de mutações. A professora Nilva Rosin me remeteu um documentário que dizia exatamente isso. Ele chama atenção que a forma como vivemos nesse planeta vai indicar o que que nós vamos fazer, nesse ponto de vista, para ter saúde plena. Tem-se aí as possibilidades de ser anunciada a profecia do novo céu e da terra do profeta Isaias. E o grande problema que fica é que quem se tornou vítima dessa pandemia paga o preço ético de tudo isso que está acontecendo no mundo? A justiça para as vítimas?

E daí? O inimigo então somos nós, não exatamente nós, mas então a quem é o inimigo? Para não ficar nessa linguagem bélica triste e horrorosa, vamos dizer o nome certo: o inimigo é o capital e ponto final. Aquele “rapaz barbudo”, Karl Marx, tem gente que não gosta dele até hoje, está de volta. Para quem teve pressa de jogar ele na prateleira, tem que tirá-lo. O que nos submete a um modo mortífero de viver é essa lógica perversa, e nos submete porque com maior ou menor resistência nós fomos aceitando gradativamente.

Escapar do Coronavírus poderá nos salva-lo. O chamado próximo, o modo de viver precisa mudar, nosso modo de viver, nossos hábitos precisam mudar, nossa sociedade precisa necessariamente se tornar outra. O impasse imposto por essa pandemia não é novo, o mesmo impasse colocado já há anos é o problema climático. O saudoso padre Roque Zimmermann passou anos de sua vida estudando e chamando atenção para a emergência climática, principalmente sobre aquecimento global. O efeito da pandemia é o efeito concentrado agudo que a crise climática está produzindo de forma muito lenta e nos trazendo situações dramáticas.

A ilusão de que o mundo é controlado pelos humanos se desfez em tempo muito rápido. A humanidade finalmente descobriu que há um mundo muito além dela. Mas a constatação aqui é que nós podemos realmente estar acabando, nos acabando como espécie e acabando com as espécies. O jeito como nós lidamos com as coisas é a negação da criação. Mas nós devemos anunciar a nova terra

e o novo céu. Desse ponto de vista, tentar inventar um novo jeito de viver é inventar um “novo Coronavírus”. Aqui o Coronavírus não é uma gripezinha, não é uma fantasia, não é uma histeria, o povo até pode brincar com muita coisa que é dita por aí, mas na verdade quando o assunto é saúde, quando é vida, a terra toda grita ao encontro da vida.

A outra força é (deve ser) dos que defendem a vida acima do mercado e do capital, é a força dos direitos humanos que se traduz na luta empreendida para mudar o papel do Estado e assumir a defesa da ecologia integral, jogar junto com a Encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco, para o bem comum, para o bem viver e, acima de tudo, garantindo a ecologia como lugar de todos nós, teto ecológico.

Na situação que estamos vivendo não podemos mais dizer “que isso vai passar”. A utopia, o não lugar-ainda, que nós queremos e podemos anunciar, e devemos construir, é esse que está nascendo no Rio de Janeiro, as verdadeiras contribuições, “as verdadeiras vaquinhas” solidárias das partilhas entre vizinhos, como foi noticiado no jornal *Brasil de Fato*, com o slogan “agora vai ser nós por nós”, ou seja, aquilo que aprendemos com os escravos: o povo não aceita mais morrer como gado. Topos! O *U-topos* que nós temos que inventar para superar esse clima carregado. É topos de vida e de esperança. Vamos esperar porque o presente não nos basta.

***U-topos* o presente não basta o futuro está aberto**

A humanidade está sendo assolada pela pandemia do novo Coronavírus em âmbito planetário. Nesta relação, duas forças se interpõem nas ações das pessoas, quais sejam: a imanente e a transcendente. Isso faz brotar questionamentos muito sérios em relação à forças internas de coesão, entre os grupos defensores

da projeção histórica na perspectiva da política e os que projetam a história pela perspectiva da utopia. No entanto, não se trata de oferecer uma “esperança azul”, mas apresentar uma reflexão crítica “pé no chão”, para combater os equívocos céticos e cínicos de que não há como falar em utopia com validade racional em tempo do novo Coronavírus. Esse é um tempo de *kairós* para se falar de utopia e de fazer a crítica à imanência-instrumental. Não há um conflito entre utopia e história, tampouco a utopia promove alienação social. O artigo é uma proposta para apresentar o significado de esperança e a forma de utopia engajada que não renuncia à condição humana. A força motivadora é afirmar que o novo Coronavírus é provisório e passageiro, que a esperança não acabou e o futuro está aberto.

Reflexões sobre ética e ciência: ensaio no contexto de pandemia Covid-19¹

Paulo César Carbonari²

En cuanto a la Ciencia, que iba a dar solución a todos los problemas del cielo y de la tierra, había servido para facilitar la concentración estatal y mientras por un lado la crisis epistemológica atenuaba su arrogancia, por el otro se mostraba al servicio de la destrucción y de la muerte. Y así aprendimos brutalmente una verdad que debíamos haber previsto, dada la esencia amorosa del conocimiento científico: que la ciencia no es por sí misma garantía de nada, porque a sus realizaciones les son ajenas las preocupaciones éticas.
Ernesto Sábato, *Hombres y Engranajes* (1951)

A relação entre ética e ciência retorna com ênfase no contexto da Covid-19. Isto tanto no debate acadêmico quanto nos meios so-

-
- 1 Texto originalmente preparado para a intervenção em “Diálogos Direitos Humanos em Travessia” promovidos pela Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF) e realizado no dia 11/04/2020, às 9h, pelo Meet Google. Primeira versão publicada em 02/05/2020 em www.neipies.com. Versão audiovisual em [youtube.com](https://www.youtube.com). Esta versão é atualizada e complementada e foi publicada pela Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Unesp Bauru, 2020.
 - 2 Doutor em Filosofia (Unisinos). Associado e coordenador geral da CDHPF e do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

ciais e políticos. No segundo, digladiam-se o positivismo crasso e o fundamentalismo religioso apegado a credídes. No acadêmico, parece voltar o naturalismo³ e o cientificismo, de um lado; e, de outro, o eticismo precário, *in extremis*.

As implicações do debate levam, entre outras, à defesa de que a ética fique em quarentena para que a ciência possa agir de livremente: afinal, se a ética só consegue chegar depois, porque meter-se agora, no meio do caminho? Outros entendem que há uma ética, ainda quando dela se abstém de tratar. E, quando a carga do moralismo fundamentalista se exacerba, o que se vê é a negação do mais elementar da ciência. Há também o debate bioético no sentido estrito e que diz respeito aos parâmetros éticos para a investigação e para os atos dos profissionais de saúde no contexto da pandemia.

No fundo está a questão de retomar um certo conceito/concepção de ciência e pensar o que significa a tecnologia e sua aplicação aos processos de saúde/doença, parâmetros e procedimentos de ação, orientações éticas e questões de direitos humanos. Tentaremos levar adiante alguns aspectos deste debate nos limites do possível e de modo ensaístico.

O que vai pela cabeça...

Pesquisa⁴ feita com 140 mil pessoas de 144 países, divulgada pela revista *Science*, mostrou que 35% dos/as brasileiros/as desconfiam da ciência (65% confiam) e que um/a em cada quatro

3 Importante retomar a posição do filósofo Markus Gabriel. Ver, entre outras, a entrevista para *IHU On Line* de 13/07/2020, na qual sugere um “novo iluminismo” (um novo realismo) e faz uma crítica contundente ao naturalismo.

4 Trata-se de “*Wellcome Global Monitor 2018*”. Dados colhidos da matéria de *O Globo*: “*Um terço dos brasileiros desconfia da ciência*”, publicada em 21/08/2019.

acredita que a produção científica não contribui para o País. No mundo, 72% das pessoas acreditam nos cientistas. Quase metade dos/as brasileiros/as afirmaram que “a ciência discorda da minha religião” e, desses, 75% disseram que “quando ciência e religião discordam, escolho a religião”. Apenas 13% dos/as brasileiros/as entrevistados/as afirmaram ter “muita confiança” na produção científica. Entre as 144 nações, o Brasil fica em 111º lugar dos/as que têm “muita confiança” na produção científica. Tomando em conta dados do mundo todo, no caso da saúde, a pesquisa revela uma questão forte: 73% das pessoas confiam mais em um médico ou enfermeiro do que em qualquer outra fonte de aconselhamento sobre saúde – o que mostra haver pouco espaço para o “Dr. Google”, ainda que ultimamente parece ter crescido o “Dr. Whatsapp”. O estudo mostra também que as pessoas com menor renda familiar têm menos confiança nos hospitais e nos sistemas de saúde. Sobre a confiança nas vacinas: 79% das pessoas concordam que as vacinas são seguras e 84% concordam que são eficazes.

Uma ideia arcaica de ciência

Autoridades de saúde brasileiras em entrevistas ou nos pronunciamentos⁵ sobre a Covid-19 têm posições em coincidência com a compreensão média de ciência, aquela que ainda considera meras curiosidades o que está no âmbito da física da relatividade ou da quântica e se apegam ao conceito de ciência setecentista – isso

5 Algumas ilustrações: “O duro recado da comunidade científica ao ministro da saúde”, *Veja*, 30/04/2020; “Mandetta diz que Bolsonaro ‘exonerou a ciência’ ao demiti-lo”. *G1 Globo*, 20/05/2020; “Nem o pior ministro da Saúde fez o que Exército está fazendo, desmontando a engrenagem do SUS”, *El País*, 25/06/2020; “Na pandemia, ciência e pesquisa são negligenciadas na agenda de Bolsonaro”, *Metrópoles*, 07/06/2020.

quando chegam a tanto. Expressam a ideia de que a ciência fornece a explicação das leis de funcionamento da natureza para que se possa, conhecendo-as, produzir mecanismos para subjugar-la. Junto com esta noção está a percepção de que a ciência produz certezas e de que estas certezas, por coincidirem com as leis da natureza, são imutáveis, eternas, absolutas. Ora, se a ciência não for capaz de produzir este “consenso”, deixa de fazer sentido e facilmente se substituirá sua importância por aquilo que pode oferecer algum consolo seguro (alguns tipos de religião). Há uma certa “fetichização” da ciência.⁶

Mas, já faz algum tempo que o que menos há na comunidade científica é “consenso” ou mesmo “maioria”. Ainda que *Uma breve história do tempo* (2000), de Stephen Hawking, tenha sido lido por milhões de pessoas no mundo todo (vendeu 9 milhões de exemplares em 2002) e também no Brasil, parece que sua leitura não surtiu efeito – ou tenha resultado em efeito contrário, particularmente por parte dos “fundamentalistas terraplanistas” e “negacionistas”.

Aliás, ironicamente, em se tratando da Covid-19, até o momento a maior certeza “científica” propalada como recurso para enfrentá-la é o isolamento ou distanciamento físico. É a mais antiga prática da humanidade na história da “ciência”, inclusive anterior a toda ciência em sentido estrito, uma prática que é mais própria do “bom senso”, ainda que hoje em dia se tenha invocado sua natureza científica, talvez porque o que esteja bastante mal distribuído, contrariando a Descartes, seja exatamente o “bom senso”! O consolo científico vem da ideia de que “logo logo, os cientistas descobrirão

6 Importante revisitar a análise do “paradigma dominante” sobre a ciência moderna feita por Boaventura de Sousa Santos (2007): “[...] a nova racionalidade científica [moderna] é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas regras metodológicas” (2007, p. 61). Ele mostra largamente a crise deste paradigma e também do “paradigma emergente”

uma vacina”,⁷ o que é uma promessa bastante promissora, ainda que para sua efetivação vários protocolos próprios precisem ser efetivamente respeitados para que a solução não venha a se revelar ainda mais problema.

E... incerteza...

A expectativa de pensar e conviver com uma concepção de ciência não prepotente parece ficar para trás no afã de “salvar vidas”. O que a quântica mostrou é que não há certeza na ciência e que sua melhor contribuição é sugerir hipóteses explicativas que são razoáveis para dar conta da realidade, mas que nunca são certezas e menos ainda absolutas. Elas são aquelas que melhor sugerem responder aos problemas levantados. A medicina, aliás, é uma das ciências que mais sabe disso, ainda que nos últimos tempos se tenha visto uma busca desenfreada por “apoios” para diagnóstico e resolutividade, nada desprezíveis, nem por isso, absolutos.

O prêmio Nobel de química de 1977, Ilya Prigogine (1996), defende exatamente o “princípio da incerteza” na ciência: a ideia da instabilidade está no centro da ciência moderna, segundo ele. Foi outro Nobel (de Física, de 1932), Werner Heisenberg, que enunciou, em 1927, o “Princípio da Incerteza ou da Indeterminação”, segundo o qual é impossível medir simultaneamente e com precisão absoluta a posição e a velocidade de uma partícula⁸. Num momento de pan-

7 Ver várias notícias a respeito: “[Brasil entra em parceria para produção de vacina contra Covid-19](#)”, MS, 27/06/2020 e é “[É possível, não certo, que vacina contra Covid-19 esteja disponível neste ano](#)”, diz desenvolvedora de Oxford. G1 Globo, 21/07/2020.

8 Trata-se do artigo *Sobre o conteúdo descritivo da cinemática e da mecânica teórica quântica* (1927). Para uma exposição do princípio ver *The uncertainty principle*. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/qt-uncertainty/>. Em português, entre outras ver. HEISENBERG, 1980.

demia parece ser muito difícil aceitar esta possibilidade de ciência, ainda que seja certamente a que melhor poderia responder aos desafios postos pela pandemia. Posições absolutistas fazem mal à saúde tanto quanto vírus e outros agentes que atacam a saúde.

A ciência a serviço do progresso... e da morte

A ciência moderna nasceu, cresceu e se espalhou casada com a noção de progresso.⁹ Ambas e juntas deram guarida ao desenvolvimento do capitalismo e também do socialismo real. E... parece estar muito bem casada com o comunismo chinês atual, inclusive.

A ideia básica é que o domínio da natureza pela ciência e a sua aplicação pela técnica permitem que se afastem os mitos¹⁰ e se possa progredir para dias melhores. O fato é que, ainda que tenham havido avanços significativos, o que temos visto junto com eles é o agravamento da destruição dos recursos naturais e a exclusão da maior parte da humanidade dos benefícios do “progresso”.

Na prática, o progresso tem significado muito de regressão, como, aliás, denunciam filósofos da Escola de Frankfurt, particularmente W. Benjamin, em *Sobre o conceito de história*, de 1940 (2005), ainda antes da guerra, mas também Adorno e Horkheimer depois dela, em *Dialética do esclarecimento*, de 1947 (1991): o *âgelus novus* que o diga...

A história está farta de exemplos de uso da ciência e da tecnologia como recursos para promover a morte. O que produzido no

9 Publicamos em nossa conta no Facebook com o título *Momento para parar: breves reflexões (anti)progresso*. Disponível em: www.facebook.com/paulocesar.carbonari/posts/3246059255404898. Acesso em: 9 abr. 2020.

10 Francis Bacon foi enfático nesta percepção ao mapear os “ídola” (da tribo, da caverna, do foro e do teatro), em “*Novum Organum*” (1773).

contexto do totalitarismo nazista, quando milhões foram mortos com a mais sofisticada aplicação da ciência e da tecnologia (Ziklon B é fruto da pesquisa apurada para matar com o menor custo econômico e de sofrimento), é bom exemplo ruim. Há exemplos também nas supostas sociedades comunistas. Em ambos os casos há pesquisas científicas que nunca foram contestadas, muito pelo contrário, têm sido usadas largamente como base para o “avanço científico” que se lhe seguiu. Mas isso não é obra somente dos estados totalitários: vide o que se tem feito na África em pesquisas para combater HIV/Aids e tantas outras doenças por democracias nos últimos anos. Há uma *necrocência*¹¹ que é tão poderosa e que não se dissocia da biociência... aliás, ambas se beneficiam mutuamente. Objetivamente: o positivismo mata!

O desafio¹² é parar a “locomotiva necrófila” do capitalismo predatório da vida em todas as suas manifestações. Superar estas perspectivas é o desejo de quem já não quer que a margem a que se venha a chegar seja nada mais do que “mais do mesmo”. Toda esta vivência haverá de se transformar em profunda experiência, bem no sentido benjaminiano. Vamos parar o capitalismo necrófilo para poder cuidar e preservar a vida.

Procedimentos discutíveis

A ideia de que *frameworks* seriam suficientes para dar conta da objetividade e, dessa forma, da impossibilidade de os aspectos

11 Achille Mbembe faz uma crítica consistente a tudo isso em *Crítica da Razão Negra* (2018).

12 Ver *Momento para parar*, publicado na conta Facebook do autor https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=3246059255404898&id=100000025676485, em 09/04/2020 e também publicado no site do MNDH Brasil: <https://mndhbrasil.org/momento-para-parar-breves-reflexoes-anti-progresso/>.

ideológicos e éticos entrarem no laboratório da pesquisa científica, tem se mostrado insuficiente. Os melhores protocolos procedimentais dificilmente se propõem a discutir a questão de fundo. Cometem um erro lógico básico: dão por pressuposto o que efetivamente precisa ser demonstrado. Ou seja, não se ocupam das condições e dos condicionantes vitais que constituem objetivamente (não subjetivamente) a pesquisa e os procedimentos científicos.

Não basta garantir a boa informação, que esta informação seja transparente, que haja consentimento livre e desimpedido, para que seres humanos participem em escala das pesquisas científicas. É preciso muito mais. É preciso, por exemplo, definir a medida da participação de financiadores poderosos a fim de saber se não são determinantes do direcionamento, inclusive dos protocolos, na execução das pesquisas em ciência. Além disso, até que ponto uma “patente” ou sua existência não se constituem na única meta para determinar o empenho na investigação (todo o esforço “colaborativo” pode resultar, no final, no registro por quem pode fazê-lo de modo “mais fácil” – será que mais para um europeu ou um norte-americano ou para um/a brasileiro/a ou um/a africano/a).

Está em construção uma tese “científica”, nos padrões da certeza absoluta não passível de questionamentos reflexivos para “descrever as leis da natureza”, de que o isolamento físico ou distanciamento físico é científico. Qualquer outra forma de tratar o modo de lidar com os seres humanos em termos biopolíticos neste momento seria anticientífico. Mas, ainda que necessária, não pode ser tida por uma verdade absoluta, nem mesmo uma lei da natureza. Até porque, esta proposta não está livre, pelo contrário, ela pode ser carregada de processos necropolíticos,¹³ como os que aparecem nos mecanismos de controle populacional pelos *smartphones*: o que agora é usado e “testado em escala” certamente poderá ser herdado

13 Como aliás foi questionado por Achile Mbembe em entrevista à Gaúcha ZH do Rio Grande do Sul, publicada com o título *Pandemia democratizou o poder de matar*, em 31 de março de 2020.

como mecanismos para o futuro.¹⁴ As tecnologias da informação e comunicação são outros aspectos a considerar, sobretudo nos impactos dos algoritmos e da inteligência artificial no aprimoramento do controle, ainda que se possa encontrar neles potenciais incríveis e ainda pouco trabalhados. Saber “quando entrar nele” e “quando e em que condições sair dele”¹⁵ é decisão que implica um volume maior ou menor de afetados ou de mortes, em consequência. Um é o aspecto biopolítico implicado, outro é o aspecto ético, inclusive considerando o subjetivo, da responsabilidade pessoal e coletiva.

Por uma nova ciência, não neutra

A neutralidade da ciência reduziu as finalidades humanas e suas necessidades vitais a interesses compatíveis em processos parciais partindo da distinção entre a orientação a valores e a orientação a fatos formalmente estabelecida como parâmetro de toda ciência. Produziu-se um modo de ciência bem funcional ao capitalismo. Assim, a ciência não pode se ocupar de questões amplas e globais: não seria possível lidar com necessidades comuns, tão somente com interesses gerais ou interesses comuns, preferências, por serem impossíveis de serem submetidas à dinâmica instrumental da razão meio-fim.

Não seria factível submeter à investigação científica às necessidades humanas, melhor lidar com os interesses e preferências (como já sugeria Adam Smith em *A riqueza das nações*). As neces-

14 Ver as ponderações de Byung-Chul Han, entre outras, em *Sopa de Wuhan* (2020)

15 Jürgen Habermas, em entrevista a Nicolas Truong do *Le Monde* (11/04/2020) diz que [“Com a decisão relativa ao momento apropriado para pôr fim ao confinamento, a proteção da vida, que se impõe não apenas no plano moral, mas também no plano jurídico, podemos nos deparar com, digamos, as lógicas utilitaristas de cálculo”](#).

sidades são por demais subjetivas para serem escrutinadas pela ciência. A teoria da ação racional só pode lidar com fins específicos, as necessidades são gerais e comuns, nunca específicas. Para ser objetiva, a racionalidade precisa poder fazer o cálculo de eficiência e, para isso, precisa lidar com fins específicos para os quais calcula meios também específicos. Ao fazer isso, institui a eficiência e a competição como valores absolutos que se sobrepõem a todos os demais valores que dialogam com a vida e suas necessidades.

Reduzir a racionalidade científica ao que pode ser submetido ao cálculo meio-fim para viabilizar “objetividade” é incorrer na “falácia abstrativa”. É também desconsiderar que a condição de todo fim é tão objetiva quanto qualquer fim específico. Pensar assim requer superar a racionalidade cindida na distinção entre uma racionalidade voltada a valores e outra voltada a fatos.

A racionalidade lida com valores, ainda que nem sempre os explicita e, por vezes, os eleja como absolutos sem que assim o admita (é o que faz a racionalidade meio-fim ao eleger a eficiência e a competição como valores absolutos, por exemplo, ainda que não o admita). Uma ciência sem sujeito e somente ocupada por um ator (com papéis e personagens pontuais) é a que pode aspirar a uma objetividade ao modo de neutralidade que tem sido tão cara ao positivismo mortífero e necrófilo, que assim se caracteriza, como ilustra Hinkelammert¹⁶. A questão está em trabalhar com uma racionalidade fundamental que reconheça e trabalhe com o “sujeito necessitado” e não somente o “ator” e os eventuais papéis que pode representar.

A *necrociência* se combina e é um bom apoio para a necropolítica e a necroética que vão defender a morte como ação programada e realizada, de modo que, por isso, “muitos morrerão” com a pandemia e não há muito o que fazer. Aliás, entre morrer de peste

16 Em todo este item seguimos muito de perto a exposição de Franz Hinkelammert (2003).

e morrer de fome não há muita diferença; vai-se morrer, muitos morrerão, então que morram trabalhando, sendo ela até uma “colaboração” competitivamente até desejável na acumulação capitalista. O que não pode ser questionado, por ser sempre eivado de ideologia são as totalidades mortíferas. Fiquemos com os fins específicos e os meios que os viabilizam. Que a vida pereça, que viva a “objetividade”.

Por uma racionalidade ética

A questão de fundo que se coloca é a possibilidade de uma racionalidade ética na qual caibam as mais diversas e todas as formas de conhecimento, de ciência, de vida. Esta racionalidade ética haverá que emergir da necessidade de superação da racionalidade vitimária¹⁷ que é exatamente esta racionalidade que admite a morte como parte “naturalizada” (ainda que não seja “natural”) e “normalizada” e que trabalha com o “cálculo do suportável”.¹⁸

Não há suportável possível quando se trata da vida, do sujeito necessitado (que é o humano, mas um humano natural, um humano-natureza). Submeter a ética ao cálculo meio-fim é exatamente eliminá-la do contexto da ciência e autorizar a “ciência dos fatos” a seguir acreditando que está trabalhando sem valores, quando, na verdade, está orientada por valores absolutos como a eficiência e a competição, além de outros.

17 Trabalhamos as características da racionalidade vitimária e da racionalidade ética em nossa tese (2015) e à luz das contribuições de Enrique Dussel em *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão* (1998; 2000).

18 Que exige tomar em conta, mas ir muito além dos protocolos biomédicos da OMS e OPAS, entre os quais o que está descrito em: [Orientación ética sobre cuestiones planteadas por la pandemia del nuevo coronavirus \(Covid-19\)](#).

Problematizar estas questões é abrir-se para possibilidades outras de ciência com ética. Enfim, a possibilidade de uma racionalidade ética se coloca como questão fundamental também neste momento, não como um “*post factum*” ou “*post festum*”, mas como processo presente e constitutivo da travessia em curso.

Um dos principais desafios que se coloca é a necessidade de “*aprender a dignidade da vida*”. Trata-se de compreender que a vida não “tem” valor, “é” valor. A vida não pode ser relativizada ou condicionada a qualquer outro valor. Nela há uma dignidade própria, que não pode ser ultrapassada, como condição material. A vida é a condição para todas as demais condicionalidades específicas. A fragilidade da vida, que torna a todos os corpos vulneráveis à contaminação do novo Coronavírus, sua finitude e sua construção como parte de um amplo processo vital do conjunto do cosmos e particularmente da Mãe Terra, não a coloca em secundidade, pelo contrário, a insere nesta ampla teia vital. A vida é finalidade *omni-dimensional* de todas as decisões e de todas as ações, não podendo ser posta como mais uma das finalidades disponíveis, exatamente por sua indisponibilidade.

A vida, e suas necessidades, não é um fim para a qual se pode calcular meios eficazes. Ela é condição de todo fim e a possibilidade de ter fins específicos, além de se colocar assim também para todos os meios. E isto é tão objetivo quanto qualquer fim específico. A vida também não é um direito; é a condição de todo Direito e de todos os direitos, de modo que, em sentido profundo, todos os direitos só fazem sentido para a vida. Todo dinheiro, todo trabalho, toda economia, só fazem sentido se forem para alimentar a vida. Somente em dinâmicas necrófilas é que se poderia esperar outras possibilidades de compreensão.

A precaução tem sido invocada como elemento para pensar e agir alternativamente. Afirmada com ênfase a partir das lutas ambientalistas, a precaução se constitui em orientação para a responsabilidade como elemento chave para dirigir a prática

ética e científica¹⁹. No contexto da pandemia, parece estar em suspenso, ainda que seja desejada por quem pensa que qualquer possibilidade de futuro dependeria em muito do modo como se trataria o tema no seu desenvolvimento presente. Por outro lado, as urgências podem ser exatamente portadoras de perspectivas pouco animadoras no sentido de sua efetivação. Há, no entanto, ainda que na urgência, a necessidade de que esta não seja ao modo de comprometer a condição de tudo, que é a vida. Ou, dito de outro modo, nada pode comprometer a vida, por justificativa alguma, e não a vida em abstrato, mas a dignidade de cada uma e de todas as vidas.

E os direitos humanos, em travessia...

Os organismos de proteção dos direitos humanos publicaram orientações²⁰ importantes para atravessar este momento. São fundamentais, mas mais fundamental ainda é entender que estamos no *meio* de uma travessia.

O grande escritor brasileiro, Guimarães Rosa, em *Grande Sertão, Veredas*, de 1956, dizia que, quem fica entretido nos lugares de saída ou da chegada nada vê no meio da travessia. Ele desafia a uma certa “ontologia da realidade presente” aberta a possibilidades! Segundo ele “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (1995, p. 86). E, noutra passagem,

19 Ver nossa tese (2015). Um interessante estudo poderia ser feito no que diz respeito à “heurística do medo” e com este princípio se apresenta no pensamento de Hans Jonas.

20 Ver particularmente do ACNUDH/ONU em *Directrices relativas a la Covid-19* e da CIDH/OEA em [Resolución n. 01/2020](#): Pandemia y Derechos Humanos en las Américas (Adoptado por la CIDH/OEA el 10 de abril de 2020).

quem se propõe à travessia é como o que “[...] quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do em que primeiro se pensou” (1995, p. 43).

Três aspectos ajudam a compreender o significado de travessia: a condição contextual, a condição antropológica e a condição ética. A *condição contextual* diz que a Covid-19 ataca corpos vulneráveis e mais ainda os mais vulnerabilizados pela desproteção resultante da concentração dos bens comuns e da desigualdade e da pobreza que afastam as maiorias da realização de direitos, condenados que restam “à sorte” do mérito. A *condição antropológica* diz que os/as humanos/as são finitos/as e conscientes de sua inconclusão, frágeis ao ambiente natural, mas também abertos/as e em processo de humanização como obra humana cuja vocação é *ser mais* (o que inclui também o seu inverso, a possibilidade de desumanização pela opressão). A *condição ética* diz que tornar-se humano é promover a vida como incondicional (vida é valor e condição de todo valor) em processo para sua produção, reprodução e desenvolvimento como *vida em abundância* (amor à vida) (mas pode também submeter a vida ao “cálculo do suportável” como se fosse possível algum tipo de eficiência ética).

Travessia pode ser simples passagem, passamento, ultrapassamento. Mas esta não é a que nos interessa. A que afirmamos é a que pode ser: a) experiência de processo; b) exercício de paciência; e c) abertura para a busca. Todas estas possibilidades serão realizáveis se a crítica e a reflexão forem mantidas, se o engajamento solidário for incentivado e se a responsabilidade for exercitada...

A proposta de *direitos humanos em travessia* significa compreender a contingência da travessia. É também compreender que os direitos humanos estão nela. Mas não é abrir mão da universalidade, da interdependência e da indivisibilidade dos direitos humanos; o que também exige não abrir mão das responsabilidades com a realização de todos os direitos humanos com todos/as e para todos/as.

No fundo, isso será possível se for mantido o *desejo do infinito*, o *desejo do impossível*,²¹ que são capazes de ajudar a lidar com a “situação limite” que estamos vivendo para desenhar um “inédito viável”²². Esta é a tarefa pedagógica mais forte a ser levada adiante no contexto em que vivemos. Ainda que a margem que imaginarmos possa ser bem outra daquela a que se chegar, dificilmente se chegará a alguma se não se mantiver a imaginação em ação.

Considerações finais para seguir a conversa...

O momento exige a mobilização das diversas racionalidades e das diversas sensibilidades humanas, sobretudo aquelas críticas e reflexivas, para fazer a travessia, ainda que considerando a grande incerteza que a caracteriza. Não é momento para privilegiar uma ou outra expressão da criatividade humana. Abrir mão da crítica reflexiva poderia comprometer a humanidade senão mais, ao menos tanto quanto qualquer pandemia física.

Por isso, acima de tudo, o momento exige que se recoloque a questão ética e política, junto com a questão epistemológica, de modo a discutir o império da ciência e da tecnologia, ou de uma certa concepção destas formas de saber e de fazer. O que não é aceitável, de modo algum, é o fundamentalismo científico.

A abertura dialógica interdisciplinar e, talvez, até interseccional entre os diversos saberes e conhecimentos, de modo a recolher ao máximo a experiência acumulada, desperdiçando-a ao mínimo possível, é esforço de cooperação, de *ubuntu*, o que se coloca como maior desafio neste momento.

21 Ver a grande contribuição sempre atual de Franz Hinkelammert em *Crítica à Razão Utópica* (1984).

22 Como sugeriu Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1975).

Referências

ACNUDH/ONU. *Directrices relativas a la Covid-19*. 2020. Disponível em: www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/COVID19Guidance.aspx e www.hchr.org.co/files/Covid-9/Directrices_OACNUDH_Covid19_y_DerechosHumanos.pdf. Acesso em: 22/07/2020.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ALISTAIR, Smouth. É possível, não certo, que vacina contra Covid-19 esteja disponível neste ano, diz desenvolvedora de Oxford. G1 Globo, 21/07/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/21/e-possivel-nao-certo-que-vacina-contr-a-covid-19-estara-disponivel-neste-ano-diz-desenvolvedora-de-oxford.ghtml>. Acesso em: 22/07/2020.

BACON, Francis. *Novum organum*. Trad. J. A. Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michael. *Aviso de Incêndio: uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”*. Trad. W.N.C Brandt [Trad. das Teses por Jeanne M. Gagnebin e M. L Müller]. São Paulo: Boitempo, 2005.

CARBONARI, Paulo César. *A potencialidade da vítima para ser sujeito ético: construção de uma proposta de ética a partir da condição da vítima*. Tese (Doutorado em Filosofia) - PPG Filosofia Unisinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4517. Acesso em: 22 set. 2020.

CIDH/OEA. *Resolución n. 01/2020: Pandemia y Derechos Humanos en las Américas*. Adoptado por la CIDH/OEA el 10 de abril de 2020. Disponível em: www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf. Acesso em: 22/07/2020.

DUSSEL, Enrique D. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Trad. Jaime A. Clasen *et al.* Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GABRIEL, Markus. O naturalismo é a metafísica mais idiota, o pensamento mais estúpido da história e vai destruir a humanidade. Entrevista para Patricia Fachin, *IHU On Line*, 13/07/2020. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/600862-a-metaphisica-naturalista-e-a-raiz-da-autodestruicao-do-ser-humano-entrevista-especial-com-markus-gabriel. Acesso em: 22/07/2020.

G1. Mandetta diz que Bolsonaro 'exonerou a ciência' ao demiti-lo. *G1 Globo*, 20/05/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/27/mandetta-diz-que-bolsonaro-exonerou-a-ciencia-ao-demiti-lo.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2020.

HABERMAS, Jürgen. Precisamos agir com o saber explícito de nosso não-saber. [Entrevista cedida a] Nicolas Truong. *Le Monde*, 11 abr. 2020. No Brasil publicada por *Fios do tempo*, 12 abr. 2020. Tradução de Frédéric Joly. Disponível em: <https://ateliedehumanidades.com/2020/04/12/fios-do-tempo-precisamos-agir-com-o-saber-explicito-de-nosso-nao-saber-entrevista-com-jurgen-habermas/>. Acesso em: 22 set. 2020.

HAN, Byung-Chul. La emergencia viral y el mundo de mañana. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. [S.l.]: ASPO, 2020. p. 97-111.

HAWKING, Stephen W. *Uma breve história do tempo: do big bang aos buracos negros*. Trad. Maria H. Torres. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

HEISENBERG, W.A. *Imagem da natureza na física moderna*. Lisboa: Editora do Brasil, 1980.

HINKELAMMERT, Franz. *El sujeto y la ley: el retorno del sujeto reprimido*. Heredia, Costa Rica: EUNA, 2003.

HINKELAMMERT, Franz. *Crítica à razão utópica*. Trad. Álvaro Cunha. *Rev. H. Dalbosco*, São Paulo: Paulinas, 1988. Nova tradução de Silvio Salej Higgins pela Editora Argos, 2013.

MARREIRO, Flávio. Nem o pior ministro da Saúde fez o que Exército está fazendo, desmontando a engrenagem do SUS. *El País*, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-25/nem-o-pior-ministro-da-saude-fez-o-que-exercito-esta-fazendo-desmontando-a-engrenagem-do-sus.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. Pandemia democratizou o poder de matar. [Entrevista concedida a] *Gaúcha ZH*, Porto Alegre, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica-ck8fpqew2000e01ob8utoadxo.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. *Direito universal à respiração*. Trad. Ana L. Braga. São Paulo: N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/020>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. 2. ed. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil entra em parceria para produção de vacina contra Covid-19. Publicado em: 27 jun. 2020. Disponível em: www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47132-brasil-entra-em-parceria-para-producao-de-vacina-contracovid-19. Acesso em: 22 jul. 2020.

OLIVEIRA, Mayara. Na pandemia, ciência e pesquisa são negligenciadas na agenda de Bolsonaro. *Metrópoles*, 07 jun. 2020. Disponível em: www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/na-pandemia-ciencia-e-pesquisa-sao-negligenciadas-na-agenda-de-bolsonaro. Acesso em: 22 jul. 2020.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD; ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. *Orientación ética sobre cuestiones planteadas por la pandemia del nuevo coronavirus (Covid-19)*. 2020. Disponível em: www.paho.org/es/documentos/orientacion-etica-sobre-cuestiones-planteadas-por-pandemia-nuevo-coronavirus-covid-19. Acesso em: 22 jul. 2020.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e leis da natureza*. São Paulo: UNESP, 1996.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência, v. 1).

SCHLINDWEIN, Manoel. O duro recado da comunidade científica ao ministro da saúde. *Revista Veja*, 30 abr. 2020. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/blog/radar/o-duro-recado-da-comunidade-cientifica-ao-ministro-da-saude/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília: UnB, 1991. v. 1.

WEBER, Max. O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociais e econômicas. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais 2*. Trad. Augustin Wernet. Campinas: Unicamp; São Paulo: Cortez, 1995.

Direito à cidade e a Covid-19

Edivânia Rodrigues da Silva¹

Falar do direito à cidade é falar de um processo em constante movimento e de transformação ao longo do tempo. Faz-se necessário saber de que lugar a pessoa está falando para compreender a narrativa que faz, bem como os anseios de sentir-se pertencente à cidade. Minha fala é de uma moradora de uma ocupação urbana chamada Valinhos II, sou educadora popular, mãe e militante pelo direito à moradia e pelos direitos humanos.

A cidade foi sendo construída por quem sempre teve o poder econômico, por uma elite branca, assim contam. Nela, o/a trabalhador/a foi sendo inviabilizado/a, ficando à margem, o/a mesmo/a trabalhador/a que também construiu a cidade, mas que não tem o direito de sentir pertença a ela. Para acontecer o processo de pertencimento à cidade, faz-se necessário ter garantidos os direitos básicos: educação, saúde, moradia, cultura, transporte, afeto. Quem não tem estes direitos garantidos se pergunta: que lugar ocupo na cidade? Que relação tenho com ela?

¹ Educadora Popular, membro da coordenação geral da CDHPF, liderança do Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLN), moradora da Ocupação Valinhos II.

É notável que a maioria da população não se sente pertencente à cidade, ou pelo menos à cidade criada pela elite. Uma elite que tem tudo e vive na ilusão da cidade perfeita. Os/as trabalhadores/as vivemos a cidade real, com seus problemas e dificuldades.

É preciso perguntar: como reinventar a cidade para que ninguém fique à margem, para que ninguém sobre? Ousaria dizer que temos várias cidades dentro da mesma cidade, dependendo do olhar, do lugar que se pisa e sente. E visível esta realidade quando olhamos a nossa cidade de Passo Fundo. De que cidade de Passo Fundo? Os lugares da nossa cidade não são acolhedores, vejamos as paradas de ônibus, muitas não têm bancos para as pessoas sentarem. As mulheres com suas crianças no colo precisam esperar o ônibus de pé ou disputar o espaço com outras pessoas. Os idosos sentam numa pedra enquanto esperam pelo transporte público. Podemos ir melhorando esta situação sim, mas quem vai fazer?

Para reinventar a cidade é preciso mudar o olhar, a maneira, as estratégias. Precisa perguntar quem é importante na construção da cidade: as pessoas ou o poder econômico? Que diálogos precisam ser feitos? A quem precisamos escutar? Precisamos de fato encaminhar e fazer processos democráticos de participação para que cada um/a possa dizer que cidade sonha e quer. Só é possível construir estes processos outros com a participação dos movimentos sociais e entidades comprometidas com o povo. É preciso tensionar os interesses do povo com a gestão municipal para que ela se dê conta.

Falar do direito à cidade é falar de um movimento dinâmico e transformador, construído com muita dor, silêncio e trabalho. Andando pela cidade, de maneira especial pelas diversas ocupações urbanas, pode-se perceber as dores e sofrimentos de um povo invisibilizado pelo sistema do capital, que nos mata aos poucos. No entanto, precisamos articular para construir a nossa história, denunciando os privilégios e construindo políticas públicas e direitos.

Estamos nas ocupações porque sonhamos com a terra, com a casa, que acolhe e aconchega e possibilita uma vida feliz. A casa para além das paredes. A cidade para além dos prédios. A cidade para além dos muros que separam. Reinventar a cidade no olhar da mulher, na perspectiva da segurança, do trabalho, do empoderamento. Reinventar a cidade na perspectiva da criança e seu espaço. Direito à cidade vai além dos acontecimentos históricos registrados, até porque há acontecimentos que só os corpos e o afeto dão conta.

O desafio colocado neste tempo é a Covid-19. Toda a situação da desigualdade social ficou visível e mais gritante. Quando neste tempo se diz que precisamos ficar em casa, para fazermos a quarentena e não espalhar o vírus, precisamos nos perguntar: como o povo vai fazer isso? Como as mulheres vão fazer este enfrentamento? Como pensar a sobrevivência, nestes tempos difíceis? Além de lidar com o medo de ser contaminadas, caso fiquem contaminadas, como fazer quarentena se não temos casas adequadas para o distanciamento físico? Enfrentar este momento de pandemia para nós moradores/as das ocupações nos coloca o desafio de assumir cuidados coletivos.

O vírus é só mais um desafio a ser enfrentando pelos/as moradores/as das ocupações. Porque no cotidiano enfrentamos tantos outros problemas relacionados ao direito à cidade, aos direitos básicos como água e luz, ou melhor à falta deles!

Sonho de podermos reinventar a cidade. Sim, é ele que nos coloca a cada dia na luta pelo direito a viver com dignidade.

Espiritualidade e arte de cuidar no contexto da pandemia: um diálogo em tempo de travessia

Nilva Rosin¹

Falar de espiritualidade e arte de cuidar no contexto da pandemia é dizer de um tema muito caro para a humanidade em tempos tão difíceis e confusos. Em tempos de pandemia, a toda hora nos sentimos ameaçados/as por um “minúsculo ser” que nos afronta e pode nos invadir a qualquer momento. Por outro lado, somos convidados/as a viver a relação do cuidado humano, pois a vida precisa estar em primeiro lugar. A ética do cuidado nos chama a um “olhar para nós” e “para além de nós”, ou seja, para o que nos transcende. Precisamos fazer tudo o que está ao nosso alcance para nos cuidarmos e levarmos a efeito o que é básico e essencial para garantir a vida. Este é o espírito que nos anima e nos seduz

¹ Mestre em Filosofia (PUCRS). Associada da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo, RS (CDHPF). Fórum da Mobilidade Humana de Passo Fundo/RS (FMHPF). Coordenadora do Grupo Justiça e Paz Integridade da Criação (JPI-C-ISJ). Pesquisa em Espiritualidade e a Arte do Cuidado Humano no Instituto Alba, Porto Alegre, RS.

para as novas veredas que estão por vir. A espiritualidade é a possibilidade de viver uma “vida espiritual”, que congrega uma “razão de ser”! Que é graça! E é arte, enquanto energia amorosa que alimenta constantemente nossa vida, em vista de um “novo tempo possível” no aqui e agora.

A questão de fundo, ao abordar este tema num espaço que discute e pensa direitos humanos, é no sentido de saber: como entra o tema dos “direitos humanos em travessia” que dialoga com sujeitos em relação, nesta dança que nos identifica, cria, recria e ressignifica o simbólico, neste contexto de pandemia em tempos de “multipandemia”? Ou seja, é necessário indagar pelo lugar do sujeito, lugar de vida (*bio + topos*) – por isso, a “arte de cuidar” que afirma a cidadania ativa do ser humano. Pensando assim, a espiritualidade é, sem dúvida, o espírito criador que nos faz maiores, porque é a disposição que capta o que ecoa à nossa volta e nos lança para além de nós mesmos/as. A espiritualidade é a capacidade que nos mobiliza para novas leituras de mundo e nos dá energia contra o espírito da morte. É sociabilidade que nos move para a ação. E, como energia amorosa que alimenta constantemente a vida, a espiritualidade nos dá a capacidade de sonhar e enfrentar o que emana em desfavor da vida.

A vida é cheia de imprevistos, tanto no âmbito pessoal (fracasso, perda de amizades, doença, morte...), como no âmbito global (eventos, fatos...). Também, não passou pela nossa mente de que, em pleno século XXI, com tantos recursos da ciência, a humanidade estaria vivendo sob a ameaça constante de uma pandemia. Compartilho de um mesmo conceito filosófico-teológico, considerado pelo grego Heráclito de Éfeso, de que estamos em processo de mudanças e transformações, a ideia de que a vida é “devir - vir a ser”. E, neste movimento constante, somos seres inacabados e em construção, como afirma de modo veemente Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido*. Mais do que nunca, se faz necessário um trabalho integrado, que interaja com outros profissionais nas áreas

distintas do conhecimento, a fim de mobilizar-se contra o inimigo comum (pandemia), em vista da vida saudável para todo mundo e não só para uma minoria que desfruta de privilégios e benesses, enquanto aumenta a vulnerabilidade social. Frequentemente ouvimos pessoas que afirmam com veemência: Queremos voltar ao normal. Ufa!!! Precisamos mesmo é de uma nova dinâmica de vida para respirar novos tempos!

O problema ainda se revela muito complexo. Precisamos fazer tudo para cuidar-nos e levar a efeito o que é fundamental para garantir a vida. Frei Betto afirma: “O vírus iguala todos”. Mas não nivela caracteres. O casal burguês que nunca se deu ao trabalho de entrar na cozinha ou limpar a casa, agora se vê forçado a arregaçar as mangas ou correr o risco de ter o vírus trazido por um dos empregados. O relapso não segue instruções das autoridades sanitárias, e o egoísta compra na farmácia todo o estoque de álcool gel e máscaras”. Isto põe em relevo como a “civilização” produz sua própria contradição e que precisa ser descortinada.

Um novo Coronavírus (sars-cov-2), responsável pela pandemia da Covid-19, com força letal e que parecia longe (lá na China, Europa, Rússia, Estados Unidos...), agora está à nossa porta, nos atinge e está forçando-nos a parar e a mudar nossas rotinas. Precisamos refletir e quebrar o “isolacionismo”, pois o isolamento físico não rompe com os vínculos afetivos e relações sociais e humanitárias. Em que nos agarramos para encontrar sentido para a vida e não desesperar? Como nos conectamos com as dores do mundo? Como nos fortalecer corporal e espiritualmente? E mais do que isso, coletivamente e solidariamente?

Ora, a fé e a espiritualidade nos ajudam a olhar que somos um corpo, um todo, somos criaturas e isso é cuidado humano. Precisamos fazer tudo o que é possível para nos cuidar e levar a efeito o que é básico para garantir a vida. Não é novidade para ninguém de nós que a forma como a humanidade, em grande escala, utiliza os recursos naturais provocando catástrofes irreversíveis, com

proliferação de vírus, secas de um lado e enchentes e devastações de outro etc. As carências e os contrastes, em tempos normais, são flagrantes incontestáveis em tempos de crise. Diante da alta letalidade de um “vírus invisível”, temos a impressão de que o mundo “está em suspenso” frente à incerteza constante que se vive, pois não sabemos ainda como se comportará o vírus. Eu tenho dito que as “manchetes” tem dado conta de muito medo/pânico, afirmando que este “desconhecido” atrapalha a rotina. Muito mais do que isso, precisamos ter clareza teórica e prática frente aos discursos dessincronizados sobre o isolamento horizontal ou vertical que relativizam a vida humana, pois parte da responsabilidade não pode ser atribuída somente ao “vírus”, e sim a uma estrutura social perversa e desigual, escancarada pela própria pandemia.

O distanciamento físico recomendado (transitoriamente necessário) não é distanciamento social. Mesmo que vivamos em um certo afastamento de atividades, sejam elas profissionais, voluntárias ou de outra natureza, nunca falamos e interagimos tanto nas redes sociais. Se, por um lado, a pandemia mostra sua cara e as redes sociais estão cheias de pseudodiscursos e falsos debates, por outro lado, precisamos, sim, abreviar a curva da contaminação viral. Todavia, também, diminuir a curva do capital – que é outra pandemia que se chama capitalismo/neoliberalismo, com efeitos excludentes, inclusive com alto índice de “letalidade”, privação de direitos e “empobrecimento espiritual”. Grande parcela da população brasileira (e mundial) vive em condições subumanas, apinhadas em cômodos sem condições e acesso para adotar as medidas de higiene recomendadas. Trabalhadores/as que participam de atividades essenciais também não estão entre àqueles/as que podem optar em ficar em casa. Portanto, são condições de distanciamento físico, em casa ou no trabalho, que poderão garantir a não propagação do vírus para outras pessoas, até porque, sem a testagem em massa da população, não se sabe quantas pessoas já foram infectados e/ou estejam com o vírus ativo.

Para elucidar, cito aqui a obra estética *Ensaio sobre a Cegueira* de José Saramago, pois eu diria que é a proposta de recuperação do brilho e a memória do afeto e do cuidado. Como ter “olhos e ver” frente ao engodo social, que Saramago chama de “treva branca”, que vai ofuscando a visão dos habitantes de uma cidade? Isto pode ser ilustrado com o fato de um determinado sujeito que põe a máscara nos olhos ao invés de colocá-la na boca. Neste cenário, a memória simbólico-afetiva é um infinito de experiências de vida. E a espiritualidade é constitutiva do ser humano porque só ele é capaz de experiências (memória/afeto) relacionais. A criatura humana é na sua essência um “ser místico” porque no seu horizonte está a referência de algo que a transcende. Por exemplo, é capaz de olhar para o universo ou para o estrelado céu e perguntar: quem sou eu? Para onde vou? Quem é Deus/Javé/Alláh/? Quem criou o mundo? E assim, poderão ser infinitas suas indagações! À vista disso, entendemos que a pessoa humana é um ser de vivências cotidianas e em relação de alteridade com pessoa humana que tem um rosto, um nome/identidade e que dialoga (quando não excluído do diálogo). E aqui, enquanto agentes de direitos humanos, precisamos “ser todo ouvidos”: quem é ouvido? Quem decide? Como a sociedade/os grupos minoritários/ têm voz ativa/voz cidadã para fazer valer seus direitos?

Espiritualidade é viver segundo o espírito que nos move, anima e não cessa nunca. Faz olhar para o que nos transcende e inquieta. Basta ver, por que em tempo de pandemia a solidariedade se avizinha? Como medidas de combate à fome e ao aquecimento global, que são duas faces da mesma moeda, mexem com a parte mais sensível, ou seja, a SAÚDE? Vale dizer aqui que não se trata de dicotomia corpo/alma, espírito/matéria, pois afeta a VIDA no seu todo.

Isto abre uma agenda comum de como enfrentar, por exemplo, a “pandemia mundial”, a saber, o aquecimento global que nos torna todos vulneráveis, embora variem as situações de risco, porque

as oportunidades e condições de vida não se pautam pela mesma lógica. Importa para além de nós mesmos/as é dar centralidade aos invisíveis. Implica nos convencer e mostrar para nós mesmos/as e para a sociedade que “outro mundo é possível e necessário”. Devemos fazer que este slogan ganhe cada vez mais materialidade, enquanto antídoto frente ao discurso fascista do ódio – há uma boa parcela da sociedade que faz “doações solidárias”, mas o discurso nas redes sociais é de “apanágio a um novo AI5 - ditadura militar”. Isto é uma contradição infernal!

Eduardo Galeano indica que precisamos ir tecendo trilhas em direção à utopia. Mas como fazer isso? A espiritualidade e a mística situam-se na ordem do religioso, isto é fato! (não estou falando de religião!). Pode-se perceber, ao redor do mundo, grupos de mulheres, jovens, agricultores/as, operários/as e outros grupos de luta. Nestes grupos, há um movimento político-religioso. Evo-cam figuras como Antônio Conselheiro, Jacobina, Cícero, Dorothy, Roseli, Zumbi etc. A memória da origem dos grupos de luta por direitos humanos e vida digna é sempre no contexto religioso. Na ressignificação ritualizam o político, ou seja, não somente as práticas religiosas como também o senso de justiça social, as crenças e imperativos da dignidade humana para todas as pessoas. Portanto, a mística passa a ser um instrumento de formação política. E através do simbólico: a bandeira, o pano colorido, a camiseta, o boné, o material de formação etc. potencializam a capacidade e significado dos projetos de luta e resistência em prol da cidadania ativa. Por isso, vale a pena prestar atenção quando Galeano diz: “está lá, distante, no horizonte, impulsionando-os para que não cessem de caminhar”. Dá para imaginar o que é isso! Só o rito pelo rito não resolve nossos problemas. Quando focamos nossa vida no “*ethos*”, na conduta de honestidade e bondade, no projeto de vida que nos humaniza, nos tornamos pessoas honestas e boas, isto é “boa nova” ou “boas notícias” que todos/as queremos ouvir.

Se é verdade que “caminhando se faz caminho” e já virou quase “musicalidade”, então podemos ousar dizer em tom poético: “somos seres que nos inter-relacionamos e interconectamos”. Ó, queira Deus que sim! Mas precisamos nos reinventar para dar efetividade e afetividade a este imperativo ético. Somos, sim, territorialidade enquanto construção social e simbólica. O que é isso senão um ato espiritual pertencente à liberdade do ser humano, extra a qualquer dogma, ritos ou sujeição aos líderes espirituais? Pertence à individuação e à natureza da fé do ser humano, não só no nível imediato, mas transcendental.

O Coronavírus nos força a uma nova espiritualidade e atitude diante da realidade que nos cerca. E, as medidas de isolamento físico, adotadas na pandemia, nos obrigam a uma espécie de “retiro compulsório”. Não é só um voltar-se para dentro de casa, mas uma volta para dentro de si mesmo, sem fechar o coração. Isto pode gerar duas atitudes: ou nos revoltarmos ou nos humanizarmos. A questão é onde nos agarramos para encontrar sentido? O que nos alimenta? O que nos conecta com as dores do mundo? Este “retiro” será profícuo se soubermos fazer o resgate do convívio humano no diálogo. Que seja a travessia com consciência das nossas ações para que não vire violência na “*oikos*”, isto é, na casa enquanto espaço habitável, seja no ambiente ‘doméstico’ ou na ‘rua’/sociedade. Na consciência não tem espaço para o conforto da mentira (não significa que a mentira não exista!). Quem sabe descobrimos como Sartre: “O homem é responsável por tudo o que faz”. Ou ainda, “O inferno são os outros”. É um alerta que lembra da nossa responsabilidade, principalmente para com os outros. E de fato é um inferno, pois é bem mais fácil “culpar” os outros.

Mais do que nunca, o convite é ser generoso/a através de ações e atitudes que promovam o cuidado da vida em plenitude. Promover é ser protagonista, é ser “cúmplice”, “agente”. Enquanto “agentes de direitos humanos”, a espiritualidade é justamente a energia que nos afeta “*ad intra*” e “*ad extra*” e apaixona por uma causa ética, pela

qual se vive e se luta. Apaixonar-se é ter compaixão, “sentir com”. E aqui me reporto a uma figura bíblica inspiradora: o samaritano (Lucas 10,30-37). A parábola conta de um cidadão e diz: “Um homem descia de Jerusalém para Jericó, quando caiu nas mãos de assaltantes. Estes lhe tiraram as roupas, espancaram-no e se foram, deixando-o quase morto”. E a narração segue contando que outros cidadãos que passaram por ele “não se importaram”, não consideraram o concidadão. Mas, mas... felizmente, um cidadão “anônimo”, sabe-se que era um viajante que passava pela cidade, um samaritano que “importou-se”. E continua a narração dizendo que o samaritano “viu, sentiu compaixão e cuidou dele”. A vida tem a última palavra e não a morte! Sejamos uns para os outros e umas para as outras um pouco do “colo amoroso de Deus” que nos embala.

Para finalizar, quero reafirmar que este é o momento radical de olhar para a vida em nome do projeto maior que justifica nossa estada/passagem pela Mãe Terra, “*pacha mama*”, figura feminina, lugar da fertilidade que nutre e que sustenta toda espécie de vida. A espiritualidade consiste justamente na capacidade de se abrir amorosamente ao outro/a, à natureza e a Deus. A arte de cuidar exige olhar para a vida, sintonizar com as vítimas, pois há tantas formas de ser solidários/as. A saudade move para o encontro e para a experiência de fé, nisto está a importância da espiritualidade que nos move. Uma das grandes coisas que podemos aprender neste momento é de que o amor nos ensina tantas formas de se doar! Assim, recuperamos a dimensão sagrada da vida, do lugar do encontro enquanto convívio humano (*oikos*) e da boa ação!

Que a espiritualidade esteja bem acesa dentro de nós como uma nova luz nos olhos que nos faz enxergar e caminhar. A luz não é no fim do túnel, ela está dentro, em cada um/a de nós. O esforço é acender em nós a saudade do Espírito que recupera a dimensão da festa, da alegria, do lugar do encontro e da luta. Pois, o sistema e a cultura não mudam nem pela pandemia e nem pela magia.

Sigamos a inspiração de Gilberto Gil quando canta: “Se eu quiser falar com Deus, Tenho que ter mãos vazias. Ter a alma e o corpo nus”. É necessário ir à nascente, aprender o caminho da nascente, porque a espiritualidade e a mística conduzem a um engajamento solidário e eficaz em favor da vida. É pela causa que vale a pena lutar. Porque o sonho não é derrotado pois ele volta, mas precisa ser esperançado.

Leituras sugeridas para aprofundamento

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes; 1999.

FRANKL, Viktor E. *O sofrimento de uma vida sem sentido: caminhos para encontrar a razão de viver*. Trad. Karleno Bocarro. São Paulo: E Realizações, 2015.

FRANKL, Viktor E. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANCISCO, Papa. *Mensagem do Papa Francisco aos participantes na XXXII Conferência Internacional sobre o tema: “Enfrentar as desigualdades globais no respeitante à saúde”*.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SIVIERO, Iltomar; ROSIN, Nilva (Org.). *Envelhecimento humano, espiritualidade e cuidado: espiritualidade e missão*. Passo Fundo: IFIBE, 2014. v. 2.

Os delineamentos e confluências entre o material e o espiritual em uma nova época

Israel Kujawa¹

A culminância e o esgotamento do modelo conhecido como modernidade está simbolizado em pessoas escravas de necessidades artificiais criadas pela indústria do consumo. Este modelo está apoiado no individualismo, no produtivismo e na competição ilimitadas. O objetivo deste ensaio é apontar conceitos para uma análise do momento histórico que estamos inseridos e definido com uma “mudança de época”.

Em um trocadilho de palavras pode ser afirmado que é insuficiente e até equivocado dizer que estamos vivendo uma época de mudança, pois em sintonia com a construção conceitual de Zygmunt Bauman, as transformações salientes a partir do final do século XX indicam uma mudança de época. No ano de 2020, com a disseminação de um vírus que impôs uma pandemia de proporções alarmantes, passamos a viver a culminância de uma transformação

¹ Doutor em psicologia professor da rede pública estadual em Passo Fundo, RS

profunda que aponta para um novo ciclo ou nova época. Muitos dos aspectos indicados para a porvir estão indefinidos, outros já estão consolidados. Entre as características consolidadas está a expansão da inteligência artificial, a aplicação e evolução no uso da internet e a dependência gerada por seu uso.

Para entendermos o novo ciclo que se apresenta, faz-se necessário recuperar características da trajetória que nos constitui. O ciclo da história humana que sucedeu o período medieval é conhecido como modernidade. A modernidade passou por várias etapas, tendo como um dos marcos iniciais as grandes navegações e a chegada dos europeus na América. A revolução industrial e a revolução francesa são dois marcos sinalizadores de uma nova etapa da modernidade. No século XX, as disputas entre os modelos sociais capitalistas e socialistas e os confrontos pelo poder simbolizados nas duas guerras mundiais, no fim das grandes ditaduras e na ampliação das democracias, sugere a caracterização de uma nova etapa para a modernidade.

A partir das últimas décadas do século XX, a evolução tecnológica impulsionada pela internet, que revolucionou a comunicação, simbolizou mudanças profundas nas relações humanas que, em nome do progresso, elevaram a instrumentalização da natureza, provocando um aumento no distanciamento dos seres humanos entre si e na elevação da desumanização. Neste contexto é válido salientar o desenvolvimento/construção artificial de algo que parecia ser exclusividade humana. Trata-se do desenvolvimento da inteligência artificial que possibilitou a produção muito além do que seria o necessário para a sobrevivência digna de todos os seres humanos existentes no planeta terra. Paradoxalmente ao excesso de produção, de circulação facilitada e rápida das mercadorias, das pessoas e das informações, a humanidade continuou convivendo com a falta do básico para a manutenção da vida humana.

A crise potencializada em 2020 com a pandemia, apesar de pouco salientada, já é visualizada anteriormente, podendo ser

aglutinada em três variáveis, que são a epistemológica, a social e a ambiental:

No aspecto epistemológico, o modelo iluminista, cartesiano positivista, materialista e antropocêntrico ocidental, passou a evidenciar seus limites com a expansão da comunicação, do acesso, da ampliação e consolidação da cultura oriental e do modelo quântico que introduziu a superioridade e a centralidade de imaterialidade e da energia. Na variável social, as desregulações institucionais e a sua subordinação aos interesses especulativos e cumulativos dos mercados elevou extratratadamente a pobreza, diminuindo as condições materiais mínimas para a sobrevivência. Pensadores reconhecidos, como Amartya Sen e Thomas Piketty, consolidam teses em favor da distribuição justa dos bens materiais, da ética na economia, da justiça e da liberdade, conectadas com um planejamento institucional para a distribuição da renda.

A terceira variável que sintetiza a crise é o esgotamento de um modelo comportamental, seja ele individual ou institucional. A arrogância, pretensa superioridade ou exclusividade antropocêntrica que, instrumentalizou, distacionou o ser humano da natureza e separou o material e o espiritual. O esgotamento dos recursos naturais, decorrente da exploração instrumental e egoísta, sinalizou que a dependência humana da natureza transcende à relação instrumental de um sujeito (ser humano) que manipula um objeto (a natureza). A expansão dos modelos de conhecimento que aproximam e mostram as interações entre o que foi tratado como se fosse separado e independente, evidencia os limites das especialidades, da separação e da fragmentação. A consolidação do modelo de conhecimento quântico, antecedido por conceitos da psicologia, como o da transgeracionalidade, sucedidos pelo avanço da neurociência, sugerem o esgotamento do modelo antropocêntrico das especialidades, fragmentadas e isoladas. As interações e conexões entre as partes e o todo, entre o passado e o futuro, o

humano e a natureza, bem como entre o material e o espiritual, sugerem o por vir em uma nova época.

A inclusão destes três aspectos interligados, que são o epistemológico, o social e o ambiental, são centrais para uma leitura e interpretação adequada da crise vivida pela humanidade nas últimas décadas e frequentemente escondida. Conectadas com esses três aspectos é válido salientar duas contradições: uma entre a produção de bens materiais, mais do que o necessário para todos e a realidade social na qual a maioria das pessoas estão vivendo sem alimentação e sem habitação adequadas. Outra contradição está simbolizada na rapidez das informações, com a ampliação dos meios de comunicação, em contraste com o aumento das dúvidas, desinformações, incertezas e desorientações.

Estas duas contradições sugerem que o modo de organizar a vida, pautado pelo progresso visando o crescimento econômico e o lucro ilimitados se esgotou, chegou no limite e perdeu o sentido. A exaltação do individualismo ilimitado, subordinado ao consumismo e a produtividade está sendo abalada pelas mortes causadas pela Covid-19, que não foram prevenidas por um modelo de desenvolvimento que distanciou o ser humano da natureza. A culminância e o esgotamento de um modelo está simbolizado em pessoas escravas de necessidades artificiais, criadas pela indústria do consumo apoiada no individualismo, no produtivismo e na competição ilimitada.

Em 2020 o mundo está sendo impactado por um ser imaterial que obriga as instituições do Estado a repensar as políticas de austeridade fiscal, para implementar políticas sociais de renda básica universal e de altos investimentos públicos para os cuidados com a saúde de todos. Os discursos, os comportamentos e as ações para combater um vírus, que está ameaçando a humanidade, escondem a verdadeira guerra entre o pensamento individualista/ultra liberal e o pensamento coletivo/social/sistêmico. São narrativas que confrontam os defensores de instituições estatais, garantidoras de

políticas públicas e sociais e os defensores das políticas liberais, do Estado mínimo, da austeridade fiscal e do individualismo.

Uma compreensão equivocada legitimou a instrumentalização egoísta dos seres humanos sobre os demais seres vivos e do planeta terra, usado como um objeto para ser explorado ilimitadamente em suas potencialidades materiais. O individualismo, exaltando a competição, que separa as pessoas com mérito, pela capacidade de especulação financeira, de produtividade, de lucro, de ostentação material e de consumo, excluindo as pessoas sem méritos, por serem improdutivas e não merecedoras de atenção. Este modo de vida está sofrendo um ataque momentâneo. O crescimento da economia, que aumenta a oferta de bens e serviços está distante de nos tornar melhores e mais seguros. Para nos tornarmos melhores devemos visualizar a construção de comunidades sustentáveis para todos.

A construção de uma transformação profunda que pode possibilitar a evolução da humanidade está vinculada com a substituição dos valores individualistas, egocêntricos e antropocêntricos por valores alicerçados na solidariedade, na imaterialidade, na evolução espiritual, na reconexão dos seres humanos entre si e com a natureza. A definição de valores e conteúdos que constituem as narrativas se confunde com uma história, com uma fábula ou com uma teoria. Um conjunto de sentidos, ideias verdades comportamentais, científicas ou religiosas, transmitidas por diversas linguagens são constituintes das inúmeras narrativas que compõem a história humana. Estado forte? Políticas públicas? Sistema de saúde público? Sistema público de acesso à moradia? A narrativa exaltada por grupos políticos que administram os instituições públicas/privadas que defendem que o importante é ter polícia, armas e gubernação sustentada na punição, parece fragilizada.

No livro *21 lições para o século 21*, Yuval Noah Harari afirma que as três narrativas mais influentes do século XX, o socialismo, o fascismo e a democracia liberal, são insuficientes para descrever/

explicar o mundo que estamos vivendo no século XXI. A crise acentuada com a pandemia, apresenta-se como possibilidade de identificar pessoas comprometidas com a manutenção e produção da vida, onde tecnologia e políticas públicas estejam a serviço do bem estar de todos; alimentação, moradia e saúde tenham prioridade em relação ao acúmulo material e financeiro da produtividade. Um “ser imaterial” (vírus mutante) que pode ser identificado, mas não se deixa conhecer pelo recuro da mutação, que não permite padronização, ameaça indistintamente a vida, então o Estado e seus gestores passam a ser responsabilizados.

Estamos diante da possibilidade de um grande salto de aprendizado diante da complexidade, da pluralidade e das dificuldades de padronização, visto que a produtividade, as armas, as tentativas de eliminação do diferente, não são garantias de segurança, certeza, estabilidade e conforto. A narrativa da democracia liberal que, em sintonia com alguns pensadores, se apresentou como definitiva na final do século XX, entrou em crise no início do século XXI. A exaltação do individualismo antropocêntrico, centrado no produção e no consumismo ilimitados, provocou transformações catastróficas na natureza, destruindo vidas humanas. Um exemplo brasileiro recente é o rompimento das barragens de Mariana e de Brumadinho, responsáveis diretas pela morte de centenas de pessoas. Outro exemplo ilustrativo da crise que afetou a democracia liberal está vinculado com indicativos de aumento da pobreza e com o crescente número de pessoas sem o básico para sobreviver.

Paradoxalmente, a narrativa do desenvolvimento sem limites, do Estado mínimo, da exploração da natureza, livre da restrição de leis ambientais, foi escolhido por meio do voto em países como os Estados Unidos e o Brasil. Ocorre que na sequência, em 2020, o mundo foi assolado por um vírus, o Coronavírus, colocando na defensiva o discurso da produtividade, do corte e redução das despesas estatais, ressaltado a necessidade da defesa prioritária da manutenção da vida.

As estratégias para a superação do maniqueísmo simbolizado no confronto entre priorizar a vida ou a economia está no aprofundamento conceitual, demonstrando que não são contraditórias e não devem estar separadas. A superação da crise atual, apontando e planejando melhorias, demanda uma mudança de entendimento no enfrentamento dos altos níveis de desemprego, agregando as variáveis do salto exponencial na introdução das ferramentas virtuais e da inteligência artificial, que substituirão a mão de obra humana. O discurso em favor da produtividade, da manutenção do trabalho ilimitado e dos empregos se confronta com a recomendação de que a melhor forma de enfrentar as ameaça de incontáveis mortes, é o isolamento físico, assegurando o básico para a vida humana, sem considerar as imposições do mercado produtivo.

O fato evidenciado em comportamentos observáveis é que a humanidade, por meio da sua evolução tecnológica, produziu além do básico para todos os humanos. Os confrontos entre prioritariamente manter a produtividade ou proteger a vida sugere a construção de novas narrativas. Diante da oportunidade de aprendermos, revendo as imposições mercadológicas do consumismo ilimitado para atender a produção e o desenvolvimento sem considerar os níveis de destruição da natureza, nem a instrumentalização das pessoas, colocados que estamos na privilegiada condição de sermos sujeitos desta construção, leva a assumir uma concepção e a consolidar novas narrativas. Estamos diante da possibilidade de melhorarmos nossas condições existenciais, superando o pensamento antropocêntrico que posicionou o ser humano como se fosse o centro, um ser material superior e separado do espiritual, com uma falsa compreensão de si mesmo, do planeta terra e do universo.

O estado de exceção e a pandemia: uma análise filosófica

Ésio Francisco Salvetti¹

O objetivo de barrar a pandemia levou à suspensão de garantias fundamentais e suprimir direitos individuais: o direito à reunião, locomoção, até mesmo o impedimento de sepultamento dos corpos de nossos parentes. O grande conceito jurídico-político que passou a regradar a convivência social foi o distanciamento social, melhor, distanciamento físico. No Brasil, prefeitos e governadores assumiram incumbências federais para preservar a saúde. Assistimos a uma carga de temas sendo judicializados. Muitos temas, especialmente na área trabalhista, estão sem respostas seguras, por isso, veremos a consolidação da posição dos tribunais em novas jurisprudências.

O contexto da pandemia suscitou uma questão que é central e que permanecerá como norteadora da discussão deste ensaio: a constituição tem condições de responder a todas as questões que

¹ Doutor e mestre em filosofia (UFSM em cotutela com Università Degli Studi di Padova, Itália), graduando em Direito. Foi professor do Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE) até seu encerramento (2019). Associado da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF).

a pandemia da Covid-19 trouxe? Ou a situação emergencial requer uma suspensão constitucional?

Para abordarmos essas questões é fundamental entendermos o que é *estado de exceção*, para depois refletirmos especificamente sobre a pandemia e as decisões políticas tomadas neste contexto.

O que é estado de exceção

Na modernidade e hoje, de modo especial, com o discurso da tutela da saúde, da vida e do cuidado, os Estados suspenderam direitos, transformando vidas humanas em vidas nuas. A discussão aqui, de forma alguma, quer entrar no mérito das decisões sanitárias que visaram frear a pandemia. Parte-se do pressuposto de que foram decisões legítimas frente a gravidade da crise sanitária que vivemos. No entanto, mesmo que haja um grau de dificuldade, não podemos nos furtar de refletir e compreender as estratégias jurídicas e políticas que, no decorrer da história, buscaram legitimar os mecanismos que fazem com que direitos fundamentais sejam suspensos.

A suspensão legal de direitos foi historicamente intitulada de estado de exceção, que é uma categoria jurídico-política complexa e pouco estudada. O estado de exceção, enquanto instituto jurídico, é utilizado para se referir a possíveis aberturas, dentro da própria Constituição, para que o poder executivo suspenda algumas prerrogativas constitucionais, legitimado pelo discurso do enfrentamento de situação anômala, emergencial. Do ponto de vista histórico, o conceito jurídico de estado de exceção acompanha a modernidade, foi utilizado por Bonaparte e, como Giorgio Agamben bem demonstra em sua obra, a “Primeira Guerra Mundial - e os anos seguintes - aparece, nessa perspectiva, como laboratório em que se experimentaram e se aperfeiçoaram os mecanismos e

dispositivos funcionais do estado de exceção como paradigma de governo” (2004, p. 19).

Depois da Primeira Guerra Mundial os governos passaram a utilizar muito do instituto estado de exceção para governar. Foi como se os governos dissessem: diante de qualquer desordem, caos, necessidade ou emergência, o problema será resolvido acionando o estado de exceção.

O estado de exceção passou a ser uma técnica, uma ferramenta, um instrumento de governo. A utilização cada vez mais frequente deste instituto se deve muito às análises de um jurista, adepto ao nazismo, chamado Carl Schmitt. Este pensador alemão, na sua obra *Teologia Política* fundamenta a ideia do estado de exceção exatamente para demonstrar os limites do Estado Democrático Liberal. Nesse texto Schmitt destacava que o soberano é aquele que decide acerca do estado de exceção. Esta não é uma tese trivial, pois “o soberano, tendo o poder legal de suspender a validade da lei, coloca-se legalmente fora da lei” (AGAMBEN, 1995, p. 19). Isso significa que a condição de possibilidade do ordenamento da norma está na exceção soberana, na suspensão da norma mesma. Na verdade, a norma se mantém em relação com a exceção na forma da suspensão. Na obra *A Teologia Política*, Schmitt argumenta que:

[...] toda norma necessita de uma situação média homogênea [...] não existe nenhuma norma que seja aplicável ao caos. Primeiro se deve estabelecer a ordem: só então faz sentido o ordenamento jurídico. É preciso criar uma situação normal, e soberano é aquele que decide de modo definitivo se este estado de normalidade reina de fato. [...] nisto reside a essência da soberania estatal [...]. O caso de exceção torna evidente do modo mais claro a essência da autoridade estatal (apud AGAMBEN, 1995, p. 20).

O soberano, enquanto poder que decide e suspende a norma, está fora do direito, mas pertence ao ordenamento jurídico, isso

porque tem a competência para a decisão. Por isso, o paradoxo da soberania é claro: se o soberano tem o poder de manter a ordem e de declarar a exceção, isso significa que o direito, enquanto ordenamento jurídico, está à disposição do soberano. O fato é que o soberano, através do estado de exceção, cria e garante a situação que o direito tem necessidade para a própria vigência. Neste sentido, Agamben entende que, com essa decisão, o direito mantém com a vida uma relação que é de exclusão e inclusão. Esta é a estrutura originária da relação jurídica. Para o filósofo italiano, uma das teses da presente investigação é a de que o próprio estado de exceção, como estrutura política fundamental, emerge ao primeiro plano, para tornar-se a regra. Ou seja, é a exceção que confirma a regra, ou como destaca Agamben, a regra não vive senão que pela exceção: “Na exceção soberana trata-se não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto antes de tudo, de criar e definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico-político pode ter valor” (AGAMBEN, 1995, p. 23). O problema, que poucos se deram conta, é que o resultado desse processo foi o campo de concentração.

A necessidade é o momento em que a ordem jurídica conhece o próprio limite originário. Limite porque o direito se percebe fundado sobre o nada. Ou seja, o estado de exceção inverte substancialmente a relação entre norma e exceção. A exceção é aquilo que explica, enquanto a norma é uma derivação. A norma é uma tentativa frustrada de neutralizar a exceção. A exceção é a origem da norma. Isso significa que existe uma relação não resolvível entre direito (entendido como ordem) e política, pelo fato do direito ser posto através da violência política e, fundamentalmente, pelo direito conservar essa origem.

Praticamente no mesmo período do texto de Carl Schmitt, Walter Benjamin, escreve um pequeno texto intitulado *Crítica da violência: crítica do poder* (1986). Nesse texto Benjamin também associava com clareza a forma jurídica e a violência. A ideia é que a exceção é literalmente violência. O modo como Benjamin trata

a exceção é oposto à Carl Schmitt. Benjamin não trata o tema do estado de exceção como instituto jurídico formal. Se estado de exceção é a possibilidade de suspensão do ordenamento jurídico, então Benjamin entende que de fato ele é a regra, pois a suspensão de direitos é um fenômeno vivido por muitos homens e mulheres. Benjamin está falando daqueles grupos ou populações que não conhecem a norma constitucional ou garantias jurídicas, pois seus direitos são afastados diuturnamente. Garantias político-jurídicas é para alguns poucos incluídos. Por isso da famosa tese de Benjamin: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é a regra” (2005, p. 83).

Por esse motivo, estado de exceção não é só um artigo nas Constituições, mas uma experiência. Há pessoas ou grupos sociais que experimentam cotidianamente o afastamento de garantias jurídicas e políticas. Elas sentem nos seus corpos o poder de morte do Estado. Numa perspectiva foucaultina é o “poder que faz viver e deixa morrer”.

É de fundamental importância olharmos para o discurso que é utilizado para legitimar o afastamento de garantias jurídicas e políticas de uma pessoa ou grupo. O que se percebe é que em nome de uma situação emergencial, geralmente em vista do combate a um inimigo, o Estado não age com a aplicação do que hoje conhecemos como o devido processo legal democrático; pelo contrário, a presença da situação emergencial faz brotar técnicas de afastamento das garantias jurídicas e políticas.

Ao compreender esse cenário, Benjamin faz uma importante denúncia: através do conceito de “vida nua” o autor sustenta que toda a estrutura jurídico-política moderna, que se coloca como estrutura de proteção da vida é, na verdade, o contrário. É uma estrutura que alija, esbulha a vida, a torna nua de qualquer qualidade. A partir da modernidade radicaliza-se um processo de desvalorização da parte biológica da vida.

Excluir a *zoé*, a dimensão natural, excluir aquele princípio de vida que está na base de qualquer existência individual, significa privilegiar a existência racional do homem, ignorando o que é próprio da realidade física, o corpo, as emoções, etc. Isso se agrava na atualidade, visto que, com todos os avanços científicos, a vida é percebida como um fato científico que não tem mais qualquer relação com a experiência do vivente singular. As definições científicas sobre a vida são sempre anômicas e genéricas, de vez em quando designam como vida um espermatozóide, uma célula, um embrião. “Em qualquer caso, a ‘vida’ agora tem mais a ver com a sobrevivência que, com a vitalidade ou a forma de vida do indivíduo” (AGAMBEN, 2014, p. 16).

A vida nua é o produto da soberania, isto é: a violência que põe o direito ao mesmo tempo transforma a vida em vida nua. Ocorre uma separação entre *Bios* e *Zoé*.

Para uma boa compreensão e entendimento da construção da civilidade ocidental entende-se que não basta olhar apenas para aquilo que disseram que foi o grande avanço da modernidade. A construção da civilização ocidental é paradoxal. Depois do pós-guerra o estado de exceção se tornou o grande paradigma para o direito e para a política. Basta querermos olhar para isso.

Pensadores como Bobbio, Amartya Sen, Habermas, entre outros, ao olharem para o projeto da modernidade parecem enxergam apenas a descoberta da democracia, a construção dos direitos e o avanço dos direitos humanos. No entanto, na perspectiva benjaminiana e agambeniana essa leitura da modernidade não faz muito sentido. Se queremos entender o processo de construção da civilização ocidental precisamos buscar entender porque junto com a construção da democracia há o crescimento de um novo tipo de autoritarismo. Por que junto com a ideia de direitos permanece a possibilidade de suspender os direitos?

Ao mesmo tempo que tivemos situação de maior liberdade, momento de convivência mais humana e constituição da ideia de

pessoa, tivemos convivendo com isso a ideia de inimigo, ou seja, a exclusão de uma parte da humanidade da proteção jurídica e política que a todo ser humano deve ter garantida. Não é o fato de termos, a partir da revolução francesa e americana, constituído Estados de Direito, que isso significa (como aprendemos nos manuais de teoria do Estado), que construímos um escudo ou barreira para os autoritarismos.

O que se observa é que os modos de exercício de soberania transformam-se. No absolutismo havia um soberano absoluto que exercia essa soberania como ideia de um direito dado por Deus e ele tinha o poder de dizer quem vivia e quem morria. Hoje, e isso Foucault explica bem, esse poder soberano faz viver, mas deixa morrer.

O que o autoritarismo faz é mudar o discurso para sobreviver no seio de um projeto que a princípio veio para garantir direitos fundamentais para todos/as. Para sobreviver frente a um cenário que coloca a igualdade como um valor absoluto, o autoritarismo muda seu discurso.

Hoje o autoritarismo assumiu a ideia da exceção para dizer o seguinte: as garantias legais fundamentais, os direitos humanos, são ferramentas importantes, com eficácia em tempos de normalidade, mas quando o Estado e a sociedade estiverem em perigo, ou ameaçados por algum inimigo, por algum cataclisma natural, este Estado deve afastar o direito, suspender os direitos fundamentais, para poder resolver aquela situação de emergência. Todas as Constituições trazem essa possibilidade. Na Constituição brasileira de 1988 essa possibilidade está prevista no artigo 137. O grande problema é que o conceito de necessidade e de emergência é subjetivo, o que significa dizer que há uma porta aberta para o uso deste instituto jurídico para fins políticos.

Todo o esforço de Agamben consiste em mostrar que a suspensão democrática da lei não é um fenômeno localizado, mas uma tendência hegemônica da modernidade, um fenômeno planetário.

A principal referência deste fenômeno é, sem dúvida, o Estado nazista. Hitler, por meio do decreto para a proteção do povo e do Estado, promulgado em fevereiro de 1933, suspendeu os artigos da *Constituição de Weimar*, acionou, após a situação emergencial, o artigo 48 da Constituição,² que previa, em caso de perturbação da ordem pública, o uso de medidas necessárias para restabelecer a segurança. Como tal ato nunca foi revogado, sua aplicação durou cerca de 12 anos, até o fim da guerra, permitindo a eliminação da vida não apenas dos adversários políticos, mas de categorias inteiras de cidadãos.

Estado de exceção na pandemia

Giorgio Agamben, ao analisar os processos e os modos como os Estados lidaram com a pandemia, faz uso reiterado das categorias como estado de exceção, vida nua, autoritarismo, *homo sacer*. Utiliza essas categorias radicais para dizer que a pandemia, infelizmente, serviu para deixar a “máscara da soberania cair”. A soberania tirou sua máscara e se manifesta na sua forma mais brutal, produzindo vidas nuas: vidas desligadas dos seus fundamentos, vidas desprovidas de garantias jurídicas e políticas.

2 O artigo 48 da *Constituição de Weimar* destacava: “Quando um Estado não cumpre os deveres que lhe são impostos pela Constituição ou pelas leis do Reich, o Presidente do Reich pode obrigá-lo com a ajuda da força armada”. Quando, no Reich alemão, a ordem e a segurança públicas estão consideravelmente alteradas ou ameaçadas, o presidente do Reich pode adotar as medidas necessárias para o restabelecimento da segurança e ordem públicas, inclusive com ajuda da força armada, caso necessário. Para tanto, pode suspender temporariamente, em todo ou em parte, os direitos fundamentais consignados nos arts. 114, 115, 117, 118, 123, 124, 153. De todas as medidas que adote com fundamento nos parágrafos 1 e 2 deste artigo, o presidente do Reich deverá dar conhecimento ao Parlamento.

Vimos que aquilo que acreditávamos que era uma sociedade fundada em alicerces liberais está na verdade alicerçada em indivíduos que estão à mercê do poder soberano.

A soberania corta as aparentes ligações que as sociedades liberais criaram e direciona os indivíduos à condição moderna originária. Isto é, indivíduos que não podem ser outro que seres que possuem uma pura zoé, vida desqualificada, vida biológica. É este poder que hoje decide quem vive e a quem deixa morrer. O critério utilizado para esta decisão é o da qualificação biológica da vida: se é idoso, doente, deficiente, torna-se uma vida indigna de ser vivida. No Brasil, a pandemia mostrou que a decisão sobre a vida ou morte passa pelo critério da raça e da condição econômica. A maioria das mortes são de pobres e negros, pessoas vulneráveis abandonadas pelo Estado.

Tudo isso mostra que, na base desse processo, há a chamada vida nua. As escolhas das decisões soberanas se apoiam na mensuração da qualidade da vida. Importante lembrar da pressão, que recaiu, sobre as estruturas hospitalares para se adequarem a esse processo, tendo sido obrigadas a mensurar a qualidade da vida de seus pacientes infectados pela Covid-19. Aqueles pacientes desprovidos de uma qualidade de vida, aquelas vidas nuas eram deixadas a morrer, não entravam nas filas dos respiradores.

A pergunta que devemos fazer é: esta situação tem origem especificamente na pandemia ou é a confirmação de um problema de origem?

Esse cenário é a confirmação da normalidade da ordem político-jurídica. A pandemia apenas ativou a lógica soberana que sempre permaneceu no centro das sociedades liberais. Essa lógica nem sempre está em atividade, mas sempre pode ser ativada.

Uma sociedade que aceita essa forma bruta de exercício do poder pode ser considerada uma sociedade liberal democrática?

No Brasil, felizmente, não houve um estado de exceção decretado formalmente. No entanto, quando o Estado se utiliza do critério

da excepcionalidade para decidir quem vive e quem morre está utilizando-se da estrutura e princípios formais do estado de exceção. São decisões que retiram de determinados grupos as garantias jurídicas e políticas fundamentais. É nesse sentido que se entende que aquelas ideias que fundamentaram os regimes nazifascistas, ainda encontram terrenos propícios para se manifestarem.

A situação posta pela pandemia é uma demonstração clara que aquilo que acreditávamos que era a sociedade liberal não passava de ficção. Agamben vem dizendo isso há muito tempo, no mínimo desde 1995 com o início do projeto *homo sacer*. No momento em que mais se precisa de um ordenamento jurídico político democrático, descobre-se que o que existe é um antiliberalismo. A pandemia mostrou a predominância de uma posição antiliberal nos quatro cantos do mundo. Diz-se isso porque, para o liberalismo, a sociedade não pode ser infinitamente frágil frente ao poder soberano. As sociedades liberais se estruturaram sobre algumas premissas, tais como, a centralidade da resistência, porque, antes do poder soberano há os direitos e antes da força do Estado há a força da sociedade. No entanto, ao menos a pandemia serviu para mostrar que tudo isso era uma ficção.

Para concluir, a pandemia demonstrou que não podemos continuar apostando ou inventando novas e mais eficazes articulações dessa máquina que até agora criou bipolaridades. Basta de reparos, reconstrução ou melhoramento. A tarefa é pensar formas de destituir essa máquina. Só se poderá fugir desse círculo através de um poder tornado inoperoso e deposto através de uma violência que não deseje fundar um novo direito.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi, 1995.

AGAMBEN, Giorgio. *L'uso dei corpi*. Vicenza: Neri Pozza, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *Stato di Eccezione: homo sacer II/1*. Torino: Bollati Boringhieri, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. Al dilà dei diritti dell'uomo. In: AGAMBEN, Giorgio. *Mezzi senza fine: notte sulla politica*. Torino: Bolatti Boringhieri, 1998, p. 20-29 (do original). Trad. Murilo Duarte Costa Corrêa. Disponível em: www.oestrangeiro.net/politica. Acesso em: 11 mar. 2012.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005. Tradução das Teses por Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller.

BENJAMIN, Walter. Crítica da violência, crítica do poder. In: BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Seleção e apresentação de Willi Bolle. Trad. Celeste H. M. Ribeiro de Souza e outros. São Paulo: Cultrix, Universidade de São Paulo, 1986.

SALVETTI, Ésio Francisco. O estado de exceção: técnica de governo para a suspensão dos direitos fundamentais. In: GERVASONI, T. A.; BOLESINA, I.; DIAS, F. da V. (Org.). *Desafios aos direitos fundamentais no Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

Crise do neoliberalismo e Coronavírus

João Alberto Wohlfart¹

O neoliberalismo do século XXI tem uma configuração peculiar e pode ser compreendido como o capitalismo avançado de nossos tempos. Neste sistema econômico, todas as características estruturantes do capitalismo são radicalizadas, com destaque à formação das imensas desigualdades sociais existentes na atualidade. Para começo de conversa, o neoliberalismo se caracteriza pela circulação universal de capitais, ultrapassando todas as fronteiras geográficas e de países, o que favorece a compra de grandes empresas, a centralização de capital e a formação de imensos monopólios capitalistas globais. O capitalismo atual é estruturado a partir de empresas multinacionais, multiterritoriais, internacionais e intercontinentais, organizado numa cadeia de empresas e corporações em todos os níveis de abrangência, a dominar espacialmente todos os espaços do planeta.

A lógica que orienta o sistema empresarial privado capitalista é a concorrência entre as empresas, numa dimensão intercapitalista global e internacional. Nesta lógica, grupos capitalistas do mesmo ramo produtivo e mercantil travam uma luta entre si num mecanismo de forças na qual o mais forte vence, e o mais forte se

¹ Doutor em Filosofia (PUCRS), associado da CDHPF.

apropriada de campos privados onde o capital é mais frágil. A concorrência não acontece apenas numa esfera interempresarial entre os mesmos ramos produtivos, mas ela também acontece entre os diferentes setores empresariais globais. Como o capital migra constantemente de um setor para o outro, todos os setores tentam atrair a si mesmos a atualidade e a totalidade da lógica capitalista. A concorrência, especialmente manifestada na regulação dos preços de mercado, pois quem produz a um preço mais competitivo e vende com mais qualidade e a um preço mais barato, vence a força concorrencial do mercado. Mas a força concorrencial intercapitalista entre os grupos e ramos empresariais do sistema capitalista constitui setores e estruturas do mesmo capital universal e global. Neste sentido, a luta intercapitalista entre as empresas e setores do capital constitui a monumental força dos monopólios capitalistas, pois todos os capitalistas necessitam dos outros e o choque constante com os outros mantém a sua existência e fortalece o capital global. O entrechoque entre todos os capitalistas é tão grande e tão intenso que o monopólio capitalista é dificilmente vencido.

Diretamente ligado à formação dos monopólios está a radicalização da financeirização do mundo. O capitalismo, na sua atual forma neoliberal, nos oferece o espetáculo do valor de troca como único valor a padronizar qualitativamente e quantitativamente todas as coisas. No processo de troca universal das mercadorias, cada mercadoria particular adquire o valor correspondente no processo de troca, materializado na sua capacidade comparativa com todas as outras mercadorias, o que universalizado representa a absolutização do valor de troca como princípio absolutamente incondicional. Isto significa dizer que fora da lógica do dinheiro e do sistema universal de troca e de circulação de mercadorias, nada tem valor e nada permite ser legitimado. A manifestação mais radicalizada da financeirização do neoliberalismo atual é especulação financeira. A tendência é de que as grandes corporações capitalistas não invistam mais no setor produtivo, e a riqueza

acumulada em forma de capital dinheiro se multiplica a partir de si mesma em contas bancárias particulares ou na especulação imobiliária. Sabemos que não se trata de um milagre divino da automultiplicação e autodeterminação absoluta do capital dinheiro, mas ele é retirado do sistema de produção e acumulado em forma de capital financeiro. Portanto, a antinomia entre capital produtivo e capital financeiro, na larga vantagem deste sobre aquele, é uma das tendências do neoliberalismo atual.

A financeirização do mundo tem consequências visíveis no mundo real, com impactos profundos no universo da natureza e da sociedade humana. Nunca como antes na história da humanidade, a natureza é tão deteriorada, desintegrada e ameaçada como na atualidade do mundo. O grande ecossistema do planeta terra e a multiplicidade de ecossistemas particulares dentro dele são deteriorados pelos mecanismos típicos de destruição capitalista, como o desmatamento, a desertificação, a exploração mineral, o envenenamento do ar e das águas, o aquecimento global. A transformação das florestas em fumaça, carvão e cinza tem como resultado a formação do capital dinheiro, na forma absoluta da financeirização do mundo. Como a natureza é inseparável da sociedade global, o sistema neoliberal se manifesta em impactos diretos na configuração e estruturação da sociedade global, especialmente nas gigantescas desigualdades sociais, geográficas, regionais e internacionais. O neoliberalismo atual joga na exclusão social e econômica mais da metade da população mundial, na condição de massa sobrança que não interessa mais para a lógica do capital. Na contrapartida desse movimento de exclusão sistemático, uma pequena elite mundial concentra a quase totalidade da riqueza produzida, numa transferência unilateral da grande massa de trabalhadores e da exclusão social para a superconcentração de renda. As desigualdades globais se expressam em continentes inteiros e grandes regiões geográficas pobres e miseráveis, contrastadas com aglomerações sociais ricas e abastadas. Neste sentido,

dadas as condições de destruição da natureza e de miserabilização de grande parte da humanidade, o capital se concentra cada vez mais na mão de poucos. A superconcentração da riqueza global é fator dos grandes desequilíbrios sociais, geográficos, culturais e ecológicos.

O neoliberalismo atual tem como objetivo único e exclusivo a maximização dos lucros. Os privilegiados desta lógica são, evidentemente, as grandes empresas e os grandes conglomerados capitalistas internacionais, multinacionais e intercontinentais. Neste cenário, todas as empresas econômicas, em círculos quantitativos de abrangência em pequenos, médios e grandes, lutam pela obtenção de lucros. Na radicalização da concorrência, conforme exposto acima, muitas empresas capitalistas não conseguem efetivar os tão desejados lucros e são incorporadas por empresas e por capitais de maior magnitude e abrangência. O lucro é o resultado da atividade econômica global e, ao mesmo tempo, o impulso motivador para o seu desenvolvimento. Diante da efetivação deste, nenhum outro valor, tal como moral, ético e racional tem sentido. Diante da incondicionalidade do lucro, não importa a destruição das vidas humanas, a destruição do sistema de vida do planeta e a destruição da própria humanidade. Como já viu muito bem o velho Marx, o sistema absoluto do capital, típico do neoliberalismo, é a materialização da alienação dos trabalhadores e da sociabilidade em geral, a humanidade perdida e autodestruída na forma do sistema do grande capital. Nesta lógica, as relações sociais locais e globais são diluídas e objetivadas no sistema de relações capitalistas, entre o universo de empresas particulares e entre as diferentes modalidades do capital, na constituição do capital global.

O neoliberalismo atual impõe a lógica da empresarialização do mundo. Tudo deve ser administrado na forma da mais excelente administração de uma empresa privada, que tem como referência fundamental a maximização de lucros com os menores gastos

possíveis. Segundo esta posição, o mais excelente que existe no mundo é o modelo da administração privada de uma empresa, com a aplicação dos recursos materiais e humanos canalizados para a obtenção de lucros. Todos os âmbitos da vida e do mundo precisam ser bem administrados, desde a vida pessoal, uma empresa, um Estado e o próprio sistema econômico. Em contrapartida, a esfera pública é mal administrada, razão pela qual ela precisa ser enfraquecida ou eliminada. A lógica da empresarialização do mundo é imposta para escolas, Universidades, Igrejas, e tudo passa a ser incondicionalmente comandado segundo a lógica do dinheiro e da riqueza material. Trata-se de uma lógica objetiva, pois a estrutura do mundo empresarial se caracteriza como um sistema bem administrado; trata-se, igualmente, de uma lógica subjetiva, segundo a qual o empresário acumula méritos pela excelente administração de sua empresa. A subjetividade moderna, provinda de Descartes e Kant, tem a sua efetivação no sistema de empresas privadas e na figura do empresário que orgulhosamente se atribui o mérito do seu excelente trabalho.

O neoliberalismo é estruturado em paradoxos e contradições sistemáticas que o podem levar à derrocada definitiva ou podem, na mesma medida de possibilidades, levar a um fortalecimento de si mesmo. Considerando o espaço aqui disponível, nos limitamos a citar brevemente algumas contradições que consideramos fundamentais. Uma das contradições fundamentais do capitalismo neoliberal é entre trabalho e capital, de um pretenso sistema de capital autodeterminado nele mesmo e como incondicionalidade autossuficiente, necessita do trabalho humano para se sustentar, na qualidade de força imanente e alavanca impulsionadora. O capitalismo necessita da força de trabalho humano, mas a negligência, a precariza e a desumaniza cada vez mais. Quanto mais desumanizada e embrutecida a classe trabalhadora, mais o capital lucra com ela. Nisto reside o paradoxo fundamental entre a objetivação da força humana no universo das mercadorias e a sua quantifica-

ção em dinheiro na forma de salário, sendo pago pelo seu próprio produto. É conhecida a contradição entre apropriação privada e Estado, em cujo círculo a atividade privada é considerada como a estrutura produtiva de toda a riqueza social e o Estado considerado como um parasita que atrapalha a atividade econômica que favorece os pobres e vagabundos. Neste paradoxo, o capital privado precisa do Estado como força reguladora do sistema de dinheiro e de troca e necessita do reconhecimento público do sistema privado. Quando o capital entra em crise, quando corporações privadas entram em processo de falência, o Estado as socorre com a injeção de massivos recursos públicos. O Estado é capturado pela lógica neoliberal e os grandes grupos econômicos o comandam.

Uma grande contradição tipicamente neoliberal é entre o capital e a humanidade, enquanto sistema social, como um todo. Para o desenvolvimento capitalista, a humanidade precisa ser sacrificada, através da exploração da mão de obra dos trabalhadores, através da exclusão social, através da desumanização generalizada, através da alienação das consciências e da coisificação social, através da fome e da miséria. Quando o neoliberalismo rebaixa o ser humano a um nível de radical desumanização e absoluta miséria, corre o risco de perder a sua força motriz e entrar em colapso. Portanto, o neoliberalismo precisa matar a sua força motriz para sobreviver, e ao sacrificá-la, precisa ter o máximo de atenção para mantê-la viva e assegurar a perpetuação. Ao matar a humanidade, de modo particular ao sugar a força de trabalho e excluir como massa sobrança grande parte da humanidade, o neoliberalismo assegura a lógica da objetivação da subjetividade humana e da intersubjetividade social na totalidade do capital, alienando, com isso, a humanidade inteira. Ao manter viva a força de trabalho, o neoliberalismo assegura a sua reprodução e ampliação.

Um dos elementos constitutivos do capitalismo neoliberal são as crises. Elas são constantes, tanto no modelo e nível de desenvolvimento alcançados no tempo de Marx, quanto aquele da atualidade.

As crises fazem parte do processo de desenvolvimento do capital, pois quando ele entra numa fase de excelência onde todos vendem e compram muito bem, quando o sistema de troca de mercadorias funciona idealmente, o capital começa a perder valor, diminui o poder de compra de muitos capitalistas e se instala a crise. Uma vez rebaixado com índices de crescimento negativos, o capitalismo neoliberal busca superar e inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento. Desta forma, a lei capitalista não é um desenvolvimento linear e unilateral, como uma lógica de ampliação quantitativa contínua com uma transformação qualitativa constante, mas o desenvolvimento capitalista caracteriza ciclos de contração e de ampliação. Dessa forma, as crises não são ocasionais e esporádicas, mas elas são sistêmicas e contínuas e caracterizam o fluxo dialético de desenvolvimento capitalista. O ciclo de produção e de consumo, de compra e de venda, em muitas circunstâncias e situações históricas, não conseguem se equilibrar e abrem um ciclo de crises de menor ou maior intensidade. As crises do neoliberalismo não são apenas econômicas, mas elas se estendem para os campos da sociedade, da política, da ecologia, da religião e da humanidade como um todo. A sistematicidade das crises capitalistas neoliberais ganham contornos de crises humanitárias globais, crises ecológicas globais, crises sociais globais e crises fundamentais de modelo de racionalidade.

Com estas considerações, a pandemia do Coronavírus é uma crise tipicamente capitalista e neoliberal. Trata-se de uma crise social e uma pandemia social que brota de dentro do sistema capitalista, e pode ser pensada como uma forma sistêmica de eliminar a humanidade. Ela é consequência do descuido da atual civilização com o meio ambiente, com os ecossistemas, das contínuas agressões do sistema capitalista de produção ao sistema de vida do planeta Terra. A pandemia do Coronavírus é, portanto, um capítulo da crise ecológica e ambiental da atualidade, uma consequência dos mecanismos capitalistas de depredação do sistema

da natureza. A pandemia aparece como uma patologia social da sociedade construída dentro do sistema capitalista de produção, como resultado das desigualdades sociais, da miséria e da exclusão social, da falta de condições dignas de vida de grande parte da humanidade. Trata-se de uma doença viral de uma humanidade doente em consequência de um sistema econômico iníquo e intrinsecamente bárbaro e perverso. Parece que o Coronavírus segue a lógica do próprio capital globalizado, ao ultrapassar as fronteiras geográficas e culturais, contamina todos os povos e culturas. Dentro da lógica do capitalismo globalizado, multinacional, internacional e intercontinental, o Coronavírus segue a mesma lógica do capital ao matar os mais pobres, os mais miseráveis, os mais excluídos e os mais vulneráveis em geral. Pensava-se, no começo, que a epidemia seria democrática ao infectar indistintamente os grandes e os pequenos da sociedade, mas com o tempo de atuação fica explícito que a camada mais baixa é a mais atingida. Como se isto não bastasse, as etnias mais odiadas pela elite capitalista, os negros e os índios são os mais atingidos.

A pandemia do Coronavírus escancara a hipocrisia do sistema capitalista neoliberal e de seus defensores. Dada a permanente tensão entre a sociedade civil privada e o Estado, entre bem particular e bem público, segundo a qual a empresa privada figura como uma excelente gestora dos recursos, e o Estado é criticado como um péssimo administrador. O capitalismo privado atribui ao Estado todos os problemas que acontecem no desenvolvimento econômico, pois ele gasta os recursos dos impostos com as pessoas que nada fazem e nada produzem. Uma das tendências do capitalismo neoliberal é promover o enfraquecimento ou a extinção do Estado e integrar tudo na lógica capitalista da concorrência e da estrutura privada de produção e de circulação. Neste círculo neoliberal, a regra é adaptar-se e integrar-se ou ficar fora. Esta é a razão pela qual os direitos humanos fundamentais e inalienáveis são extintos, os bens coletivos e comuns sucessivamente

privatizados e o Estado retirado como agente da vida social e da promoção dos direitos humanos. Por sua vez, paradoxalmente, a classe burguesa capitalista precisa do Estado para apropriar-se dos recursos públicos e dos empréstimos para ampliar o capital particular. Com o advento da pandemia, dissolveu-se a ideologia capitalista segundo a qual a empresa privada é excelentemente competente e o Estado um péssimo gestor, pois, em geral, a pandemia alastrou-se rapidamente por falta de Estado e de políticas públicas. De modo geral, os países que menos privatizaram tiveram mais sucesso no controle da pandemia, e os países que mais privatizaram perderam o controle da pandemia. Mesmo que a praga do Coronavírus seja um fenômeno tipicamente capitalista, pois a sua história já acumula várias pandemias, ela evidenciou que os países mais eficientes no combate ao Coronavírus são aqueles que têm um Estado mais forte e um sistema público de saúde de qualidade.

A corrida e a velocidade são marcas típicas do capitalismo neoliberal. É a corrida pela ampliação dos negócios e pela contínua extensão dos lucros. A lógica capitalista obriga a todos a desenvolver uma velocidade para dar conta das atividades e compromissos quotidianos, numa multiplicidade de compromissos que obriga a todos a uma corrida contínua. Como a locomotiva capitalista desenvolve altas velocidades, todos são obrigados a correr atrás da máquina para não ficar fora do processo e serem inexoravelmente esmagados por ela. A lógica da concorrência intercapitalista, conforme mencionado acima, obriga a todos os capitalistas a uma inovação permanente e a superar os seus concorrentes, o que representa uma corrida cada vez mais desafiadora de superação. Por parte dos capitalistas privados, o desafio é manter-se atualizados dentro das dinâmicas do mercado e apresentar condições para lançar os seus produtos nas condições de preço e de qualidade adequadas ao consumo e exigências dos consumidores. Quando se pensa na classe trabalhadora em geral e na massa sobranete da sociedade, a corrida deles é pela sobrevivência empreendida numa lógica de

guerra de todos contra todos. De forma desavisada e rápida, apareceu uma pandemia mundial e a lógica do movimento e a velocidade da locomotiva capitalista teve que ser freada abruptamente. A exigência do isolamento social e físico concentrou as massas em outro espaço e lógica completamente diferente, confinados dentro de suas casas e com a realização de muitas atividades a partir deste espaço. De repente, a corrida provocada pela lógica da acumulação capitalista é estruturalmente negada pela restrição dos limites da própria casa, com espaço para a meditação, a reflexão e a interiorização do mundo. O movimento objetivo do mundo, provocado pela lógica da produção e do consumo capitalista, é rompido em muitos circuitos de mercado, dando espaço para a reflexão e a interiorização. De uma existência dispersa e superficial em razão da corrida e agitação social, passamos para um modelo de vida centralizado dentro de casa.

Com a experiência da pandemia, vários mitos difundidos pela elite capitalista puderam ser desfeitos. O principal deles é de que a empresa seria a produtora da riqueza social e aquela que fornece os empregos de que a sociedade precisa para a sobrevivência material. Com o desenrolar da pandemia, nos damos conta de que não é o empresário, o capitalista e a tecnologia que geram riqueza e capital, mas é o trabalho humano como força viva a gerar capital. É só a massa de trabalhadores de chão de fábrica, do comércio e dos serviços, os cuidadores de aviários e de chiqueirões de suínos, os agricultores que tiram o leite das vacas e os que plantam e colhem os produtos da agricultura, os motoristas de caminhão etc., paralisar as atividades que o movimento do capital acaba. A circulação da riqueza e a produção do alimento dependem destes heróis.

O que será um tempo pós-pandemia? Muitas pessoas e setores da sociedade esperam pela volta imediata da normalidade. Diante do cenário que vivemos, é possível pensar num tempo normal ou numa nova normalidade? O tempo normal anterior à pandemia é difícil voltar porque, então, a pandemia vem logo novamente. A

pandemia ainda não acabou e ela já retorna, em muitos lugares nos quais novas ondas de infecções acontecem. A pandemia é uma consequência dos desequilíbrios ambientais causados pelo modelo produtivo capitalista, em consequência das múltiplas agressões aos ecossistemas. Ela é consequência das desigualdades econômicas e sociais estruturantes da sociedade tipicamente capitalista e burguesa, que cada vez mais concentra a riqueza em poucas mãos. Uma leitura aprofundada da realidade atual nos indica que os “novos tempos” nos reservam novas pandemias, profundas crises econômicas, ecológicas, sociais e antropológicas. Se, globalmente, não formos capazes de construir novas relações entre nós e a natureza, novas macrorrelações sociais e econômicas e mudar o modelo econômico vigente, novas tragédias globais estão próximas.

O que será do Brasil, da América Latina e do mundo num futuro próximo não se sabe. Os desdobramentos da pandemia são difíceis de serem antecipados. Com quase certeza, a solidariedade entre as pessoas e os povos não se intensificará, mas aumentará a indiferença entre os humanos diante de genocídios, ecocídios e tragédias globais. Se não causarem revolta pública as mortes pela Covid-19, o extermínio em massa de índios e negros, as tragédias ambientais, as tragédias e a indiferença diante delas pode ser o novo normal. O atual sistema de macrorrelações sociais, marcado pelas desigualdades regionais e globais, e o cenário de destruição de ecossistemas naturais, não nos fazem esperar outra coisa que novas tragédias e a intensificação da indiferença.

Educação em tempo de pandemia: a experiência da educação por ensino remoto e de limitação da convivência na escola¹

Eldon Henrique Mühl²

A crise da Covid-19 tem atingido grande parte dos educando do mundo todo. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a crise da pandemia resultou no encerramento das aulas em escolas e em universidades afetando mais de 90% dos estudantes do mundo. Mais de 1,5 bilhão de alunos e 60,3 milhões de professores de 165 países foram atingidos pelo fechamento de escolas e a suspensão da maior parte das atividades presenciais.³ Nessa crise sem precedentes, de proporção global, educadores e famílias inteiras tiveram que

-
- 1 Apontamentos elaborados para apresentação no dia 30/05/2020, no evento *Diálogos direitos humanos em travessia* (online) organizado pela CDHPF. Algumas informações foram revisadas e atualizadas.
 - 2 Professor do PPG Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF), associado da CDHPF.
 - 3 UNESCO. *Impacto da pandemia na educação: Educação não pode esperar – como minimizar os impactos negativos à educação em razão das ações de enfrenta-*

lidar com a imprevisibilidade e, em benefício da vida, reaprender a conviver com a educação e a ensinar de novas maneiras. No Brasil a situação não é diferente e diante das circunstâncias em que o país se encontra, os problemas se revelam ainda maiores.

Com a suspensão das aulas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, por unanimidade, o Parecer n.º 05/2020⁴, que definiu as diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia. Os 21 conselheiros votaram, em plenário virtual, um documento que traz orientações e sugestões para todas as etapas de ensino, da educação infantil à superior. O Parecer foi elaborado com a colaboração do Ministério da Educação (MEC) e procurou oferecer orientações visando reorganizar as atividades acadêmicas no período da suspensão das aulas presenciais. O documento desobriga os 200 dias letivos obrigatórios para escolas e universidades, mas pede o cumprimento da carga horária mínima anual de 800 horas na Educação Básica. Dentre as proposições, sinalizou a permissão para aulas aos sábados – em horários de contraturno e durante as férias –, para que os alunos da Educação Básica não percam o ano letivo e apontou outras medidas semelhantes àquelas já defendidas pela Unesco. Indicou como uma forma de dar continuidade ao trabalho da educação a utilização de redes de ensino durante a pandemia: meios digitais, videoaulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão ou rádio, material didático impresso.

As observações que foram feitas sobre os desafios para implementar as diretrizes, ainda que de forma temporária, tem apontado grandes dificuldades. Os problemas apresentados são inúmeros

4 mento à pandemia do novo Coronavírus? 2020. Disponível em: www.unesco.org. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. *Parecer CNE/CPNº 5/2020*. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid-19. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 jun. 2020.

e atingem grande parte dos alunos, dos professores e das escolas. Vamos pontuar e analisar algumas destes problemas.

Problemas decorrentes da suspensão das aulas e a realização de atividades alternativas

Um primeiro problema a destacar é que a crise tem exacerbado ainda mais as desigualdades de aprendizagem dentro e entre as redes de ensino. As escolas, especialmente as públicas, não tem conseguido encontrar alternativas ou encontram muitas dificuldades para dispor de recursos apropriados para atender as especificidades de seus alunos e as exigências pedagógicas das disciplinas. A alternativa apontada de utilização do ensino remoto e o uso das plataformas digitais atende uma parcela da população, mas um porcentual significativo de alunos não consegue acessar às plataformas online, não possuem equipamentos e ambientes adequados para acompanhar as aulas e realizar as atividades. Segundo pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil⁵, 58% dos domicílios no país não têm acesso a computadores e 33% não dispõem de internet. Muitos professores carecem de formação técnica e de meios tecnológicos apropriados para desenvolverem suas atividades docentes em ambientes virtuais. Inúmeras famílias não encontram alternativas para a educação de seus filhos, não conseguem oferecer o atendimento necessário e, muitas vezes, sequer têm condições de oferecer alimentação básica às crianças.

5 CGI-BRASIL. *Painel TIC Covid-19: Pesquisa sobre uso da Internet no Brasil durante a pandemia da Covid-19*. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20200817133735/painel_tic_covid19_1edicao_livro%20oeletr%C3%B4nico.pdf.

Esses desafios são ampliados quando são levados em conta a rede pública, em que estudam mais de 80% dos brasileiros em idade escolar. Em síntese, podemos dizer que a situação fere não só o princípio da igualdade do acesso à educação, como o direito a uma educação de qualidade para todos.

As escolas e os professores estão sem orientação sobre como proceder e cada “escola tem feito o que pode” para tentar cumprir com as tarefas que continuam mantidas por determinação do MEC, das Secretarias Estadual e Municipais de educação. Apesar da euforia de alguns com a reinvenção trazida pelo ensino à distância, no ensino público as atividades se resumem, muitas vezes, a algumas folhinhas de exercícios enviados pelo Whatsapp ou encaminhadas pelo correio ou serviços das prefeituras. Como denuncia a profa. Maria Beatriz Luce, existe falta de planejamento e a responsabilidade está sendo toda transferida para a própria escola e seus professores.⁶

Os pais sentem muita dificuldade em apoiar seus filhos, pelo menos uma significativa parte deles, pois não sabem e não conseguem contribuir com os filhos na realização das atividades escolares e no estabelecimento de rotinas de estudos, de aulas online, quando existem. Dai a pressão de alguns pais para o retorno das aulas.

Existem diferentes dificuldades dos alunos de acordo com a situação da família, das condições de cada escola, das limitações de recursos materiais, econômicos, de habitação e de acessibilidade aos recursos virtuais. Isso corrobora estudos internacionais⁷ que mostram que o efeito negativo na transição da educação presencial para o ensino ao ensino remoto ocorre devido três fatores:

6 SINPRO/RS. *Jornal Extra Classe*, n.243, a. 25, maio, 2020.

7 INSTITUTO AIRTON SENNA. *Políticas educacionais na pandemia da Covid-19: o que o Brasil pode aprender com o resto mundo?* Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/hub-socioemocional/politicas-educacionais-na-pandemia-do-covid-19.pdf>.

1. falta de familiaridade com as ferramentas utilizadas no ensino EaD;
2. falta de um ambiente familiar motivador ao aprendizado online bem-sucedido;
3. falta de congruência entre o que antes era ensinado em sala de aula e o que passa a ser ensinado de forma online.

A rotina de trabalho dos professores aumentou significativamente, sendo que em alguns casos chegou a dobrar o tempo de dedicação à atividade docente. Segundo dados da Fundação Carlos Chagas⁸, para mais de 65% de professores respondentes de uma pesquisa online, o trabalho pedagógico aumentou em média 80% com a utilização dos recursos de interface e a interação digital. Segundo a mesma pesquisa, oito de cada dez professores usam recursos digitais para interagir com os alunos e manter as aulas. O aproveitamento dos estudos, no entanto, é baixo e o rendimento pedagógico caiu quase 50%, segundo os respondentes da pesquisa. Somente cerca de 9% dos alunos demonstraram algum crescimento na aprendizagem. Mesmo entre aqueles que contam com acesso aos recursos tecnológicos, com um razoável ambiente de estudos e com um relativo apoio dos pais, o rendimento é pouco expressivo. Estas constatações também estão sendo relatadas por muitos pais e professores e confirmadas em manifestações em redes sociais e em reuniões de escolas. Diante deste quadro, a constatação revela um grande crescimento da ansiedade e da depressão dos alunos. Cerca de 55% dos alunos revelam algum grau de ansiedade ou depressão. Esta situação se agrava ainda mais quando são analisados os dados de alunos das periferias urbanas e em contextos de conflitos de relacionamentos.

As expectativas que algumas instituições e analistas apresentam sobre os resultados alentadores que as alternativas criadas

8 Pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>.

podem apresentar precisam ser acolhidas com muito cuidado e prudência. Conforme alerta Cifuentes-Faura, no momento atual, muitas escolas, públicas e privadas, estão exagerando nas expectativas do que professores e familiares conseguem fazer. Há diferenças substanciais entre as famílias, atualmente, em confinamento. Algumas podem ajudar seus filhos a aprender mais do que outras. Fatores como a quantidade de tempo disponível para se dedicar aos estudos dos filhos, auxiliando-os com as aulas online – muitos pais estão em *home office* cumprindo horário laboral integral, mas muitos outros precisam trabalhar externamente para garantir a renda mensal. O autor aponta outros fatores que interferem na aprendizagem dos alunos confinados em casa: as habilidades não cognitivas dos genitores; a possibilidade de acessar o material online; a quantidade de conhecimento inato dos pais – afinal, é difícil ajudar o filho se tiver de aprender algo estranho ao que se conheceu e aprendeu. São questões a serem levados em conta quanto ao papel dos pais na educação dos filhos em tempos de pandemia. O autor conclui que toda essa situação gerará um aumento da desigualdade na educação e no progresso futuro dos estudantes.⁹

Porém, nem tudo é negativo e alguns aspectos positivos a experiência tem trazido. Um deles refere-se à aproximação entre escola e família ou responsáveis. Diante da necessidade de encontrar alternativas, a interação no contexto familiar e nos grupos de convivência cotidiana aumentou de forma significativa. A situação exigiu uma aproximação maior entre os membros da família, assim como entre o aluno e sua família. De outra parte, os dados revelam que a tensão familiar aumentou e a violência cresceu em alguns contextos, atingindo inclusive crianças.

9 CIFUENTES-FAURA, J. Consecuencias en los niños del cierre de escuelas por Covid-19: el papel del gobierno, profesores y padres. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, Madrid, v. 9, n. 3e, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://revistas.uam.es/riejs/article/view/12216/12089>. Acesso em: 07 set. 2020.

Por fim, é preciso destacar que apesar das limitações e dificuldades de acesso a recursos, muitos professores têm conseguido se reinventar e encontrar algumas alternativas. Isso revela, de um lado, que não é verdade que os professores não sabem ou têm medo de utilizarem as tecnologias e plataformas. O que ocorre, é que existem muitas limitações no acesso e a falta de apoio técnico para que tais recursos sejam utilizados.

Algumas considerações sobre a experiência da pandemia e da suspensão das aulas presenciais

Um primeiro aspecto relaciona-se ao redescobrimto da importância da experiência formativa que a escola oferece, mesmo em sua precariedade. São condições e exigências que a simples interatividade promovida pelos recursos midiáticos e as TICs não conseguem atender. Só a escola em sua exigência da presença do aluno e de presença pedagógica do professor pode oferecer determinadas condições que não são possíveis de serem criados por outros meios e através de outros modos de interação. A escola tem uma especificidade pedagógica que decorre das interações e das práticas que a ela mesma desenvolve e que não são possíveis em outros ambientes. Isso revela que as críticas à escola e sua função social e pedagógica são, por vezes, pouco consistentes e inadequadas. Ainda que se deva reconhecer que existem problemas nas escolas e instituições de ensino, elas continuam sendo imprescindíveis à educação dos jovens e das crianças, seja pela sua função disciplinadora e socializadora, ou pela função de desenvolvimento intelectual e de formação cultural. Na limitação de regularidade de

seu funcionamento neste período de pandemia podemos perceber o quanto ela é necessária na sua atividade formativa.

Um segundo ponto é a percepção de quão complexo e difícil é educar uma criança e manter seu envolvimento no estudo e na realização das atividades. Alguns relatos revelam as dificuldades dos pais de atenderem as demandas que decorrem das aulas em casa. Não se trata só uma inaptidão técnica ou de conhecimentos, mas de compreensão do processo pedagógico que só um contexto de convivência pedagógica pode proporcionar. Trata-se da falta do tato pedagógico ou do saber e da autoridade pedagógica que só a formação pedagógica e a ação docente no contexto escolar pode proporcionar.

As soluções da educação online, remotas, tem apresentado algumas alternativas que auxiliam, mas não suprem diversas dimensões da educação presencial, seja pela limitação da funcionalidade tecnológica atualmente disponível ou pela impossibilidade de atender tais exigências que só a presencialidade oportuniza. A experiência tem revelado que a educação presencial apresenta uma riqueza e uma especificidade que não pode ser suprida por nenhuma tecnologia e por nenhuma outra forma de educar.

A necessidade do professor e a insuficiência do monitor. A experiência vem revelando a importância do professor, do educador, e revelando a insuficiência de um monitor ou instrutor. Existe hoje uma tendência de substituir o professor pelo monitor e, até, pelo robô. Para alguns críticos apressados, a experiência que estamos vivenciando revela que isso é possível. Porém, da mesma forma que alguns fazem a crítica à incompetência técnica dos professores no uso das tecnologias como causa dos problemas da qualidade da educação, é preciso não só criticar, mas denunciar o empobrecimento da experiência da aprendizagem humana decorrente de substituição do educador pelo monitor e pelo robô. Com as soluções simplificadoras apontadas por alguns pseudo especialistas, corre-se o risco de transformar o professor em um ser programado

como um algoritmo ou como um mecanismo estimulador e reforçador de aprendizagens aos moldes do que já propunha Skinner na “Ciência do comportamento humano”, nos anos 60-70. Este professor precarizado pode ser facilmente substituído. Mas a experiência vem revelando que o professor necessário é outro: um ser que saiba dialogar, interagir, motivar, conviver, partilhar não só saberes, mas experiências de vida. A convivencialidade mostra-se uma exigência insubstituível na formação humana.

A dificuldade da manutenção da atenção e a participação da criança em ambientes tecnológicos. As salas virtuais, por mais ricas e criativas que possam ser, não atendem dimensões que só se tornam presentes na educação presencial da sala de aula. Trata-se da presença pedagógica que se realiza pela convivência com os conhecimentos, os valores, com as trocas afetivas, com as interações presenciais e em contextos pedagógicos. O esclarecimento das vantagens e desvantagens da experiência em andamento ainda precisam de investigação, mas já há indícios do crescimento da estafa, da ansiedade e da desmotivação dos alunos, especialmente das crianças.

Constatação das consequências negativas diante da tendência crescente de transformação do aluno de leitor, escritor e experimentador, a um mero espectador ou, quando muito, em um jogador no uso das novas tecnologias. Além de limitar a ação criativa e o exercício heurístico e hermenêutico no trato com os conhecimentos, com a literatura e com as próprias tecnologias, a educação virtual pode empobrecer a “experiência” da vida intelectual, social e cultural da criança. Isso nos leva a perceber que a “experiência” própria do processo pedagógico não é possível ser realizado meramente com a utilização de processos virtuais. Existem aspectos antropológicos, éticos, psico-sociais que exigem a convivência que se realiza além da máquina.

Desafios e possibilidades durante e pós-pandemia

Conhecer as potencialidades, os limites e dos recursos disponibilizados e exigir seu acesso universal em igualdade de condições. As críticas aos recursos midiáticos não implicam na justificativa de sua não disponibilização como um direito ao conhecimento e a informação. De outra parte, é preciso ser crítico relativamente aos limites das máquinas e a necessária presença do educador na formação de crianças e jovens.

Combater a superficialidade dos conhecimentos e as fórmulas simplificadoras dos pacotes pedagógicos oferecidos pela indústria educacional e empresas de comunicação. É preciso encontrar formas de recuperar a aprendizagem que se perdeu com a soluções propostas, considerando suas limitações e a precariedades que se tem apresentado.

Combater as *fake news* e todas as formas de superficialização das informações e do conhecimentos com fins ideológicos ou exploração econômica.

Insistir no princípio que a educação de qualidade é um direito humano fundamental e que todo o ser humano tem direito ao cuidado, à justiça social e à formação integral.

Inventar a convivencialidade em tempo de pandemia, inclusive das crianças, encontrando formas alternativas de interação e intensificando a convivência nos grupos familiares ou outras formas seguras de agregação.

O planejamento do retorno deverá ser muito bem feito, orientado e acompanhado, pois os riscos de contaminação continuarão existindo até o surgimento de alguma vacina. Deve-se considerar que a escola não poderá retornar a sua rotina sem assumir práticas e formas de interação que evitem colocar a vida dos estudantes e

dos professores em risco. Para tanto, além das questões de reorganização dos espaços, do estabelecimento de regras de higiene, a escola deve atentar para a complexidade de lidar com restrições aos alunos sem que isso fira sua liberdade e sua disposição para a interação com os colegas. A escola precisa se reinventar também para o retorno.

É preciso repensar o futuro da educação, incluindo uma articulação apropriada entre o EaD e o ensino presencial. De modo específico, cabe ficar atento à conclusão da Unesco (2020) que tem afirmado que a pandemia tem aprofundado as desigualdades educacionais no Brasil. A educação é um direito humano fundamental e, mais do que isso, é o alicerce de sociedades justas, equitativas e sustentáveis.

A atenção às consequências das novas tecnologias e da internet sobre o desenvolvimento integral do educando e a sua saúde é outro desafio que a situação vem despertando. Soluções simplificadoras e sem uma adequada análise sobre as exigências pedagógicas da formação humana, corremos o risco de formar uma geração de indivíduos de “leitura negligente, de pensamento apressado e distraído e de aprendizado superficial”.¹⁰ O risco é que no futuro, em vez de nos tornarmos imunes somente a Covid-19, nos tornemos imunes uns aos outros e nos tornemos seres sem conhecimentos, sem memória, sem história, sem empatia. Diversos críticos vêm apresentando importantes argumentos que indicam a necessidade da experiência compartilhada como a base de uma formação humanizadora e saudável.

10 CARR, Nicholas. *Os superficiais: o que a internet está a fazer aos nossos cérebros*. São Paulo: Gradiva, 2011.

Por fim, conforme alerta da Unesco:

“Por mais que a economia dos países sofra com a pandemia, os investimentos em Educação devem ser mantidos, quiçá aumentados. A natural queda na aprendizagem poderá alastrar-se por mais de uma década se não forem criadas políticas públicas que invistam em melhorias de infraestrutura, tecnologias, formação, metodologias e salários, além do reforço da merenda, melhor aproveitamento do tempo, tutoria fora do horário usual das aulas e material adicional, quando possível” (UNESCO, 2020).

A pandemia do Coronavírus e a vida das mulheres: enfrentamentos e resistências

Eva Valéria Lorenzato e equipe¹

O ano de 2020 chegou diferente. A pandemia do Coronavírus, que no Brasil se intensificou após o carnaval, pegou todo mundo de surpresa e gerou cenários de insegurança. Em uma sociedade que já sofria com a crise econômica refletida nos altos índices de desemprego, a pandemia expôs ainda mais as desigualdades presentes no País. E essas desigualdades se acentuam quando analisamos a vida das mulheres: o isolamento físico deixou evidente a desigualdade de gênero especialmente em relação à sobrecarga

¹ A assessoria foi construída coletivamente por Eva Valéria Lorenzato (Agricultora, promotora legal popular e advogada); Eva Marilene Sandri Xavier (Mulher negra, mãe, empregada doméstica); Camila Severo (Graduada em Filosofia, com pós-graduação em Educação e Direitos Humanos pelo IFIBE, técnica em RH, pequena empresária e mãe do Miguel); Gisela Lacourt (Professora de Língua Portuguesa e Redação, Doutora em Letras pela UPF); Patrícia Silveira da Silva (Advogada, integrante do Instituto Libertarte e da Renap); Vanessa Lazzaretti (Jornalista, Especialista em Mídias Digitais e em Ciências Sociais e Mestranda em Ciência Política pela UFRGS).

de trabalho doméstico, maior exposição à violência e à vulnerabilidade econômica.

Ainda no dia 24 de março de 2020, quando estados e municípios brasileiros estavam começando a adotar medidas de distanciamento, a ONU Mulheres lançou um apelo a todos os Países da América Latina e do Caribe para que dessem uma atenção especial às mulheres. A justificativa? Elas são essenciais na luta contra a Covid-19, ao enfrentarem os desafios dos cuidados, na família e no trabalho, como profissionais da saúde, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras informais. Em tom de alerta, a entidade afirmou que na, miudeza da vida cotidiana da família e do trabalho, elas seriam as mais afetadas pela crise, fato que infelizmente se confirma a cada dia.

No Brasil, 85% dos profissionais de enfermagem são mulheres. São elas que estão na linha de frente do combate ao novo Coronavírus. As mulheres também são maioria em algumas categorias economicamente mais vulneráveis à pandemia, como as empregadas domésticas e diaristas, sendo que muitas já perderam seus empregos, outras estão sendo obrigadas a trabalhar e se arriscar diariamente para mantê-los. Em que pese nos últimos anos tenham ocorrido mudanças significativas no mundo do trabalho, dados do IBGE (2019) apontam que as mulheres ainda estão mais concentradas nos setores de educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos remunerados e outras atividades que estão diretamente relacionadas à reprodução da vida, enquanto os homens dedicam-se, em sua maioria, à atividades ligadas a produção de bens materiais, como por exemplo setores de indústria, agropecuária e construção civil. As mulheres estão mais presentes nos setores produtivos que apresentam menor remuneração e ganham em média cerca de 25% menos que os homens, mesmo quando ocupam cargos semelhantes.

No contexto da pandemia onde muitas empresas e prestadores de serviços adotaram medidas de trabalho remoto, essas desigual-

dades se acentuam ainda mais. Isso porque, se o trabalho remoto é desafiador para todas as pessoas por não ser a forma habitual de trabalhar, para as mulheres existem desafios adicionais aos que se colocam aos homens. Como as responsabilidades domésticas comumente não são bem divididas entre as famílias e/ou casais, recai sobre as mulheres grande parte das tarefas, como a limpeza da casa, o preparo das refeições e o controle dos alimentos e produtos que precisam ser adquiridos nas idas ao supermercado. Além disso, em casos de famílias com crianças em idade escolar, o acompanhamento das atividades normalmente também acaba sendo feito pelas mulheres, dado que na modalidade de ensino à distância as crianças demandam mais atenção e ajuda com as tarefas. Dessa forma, ao mesmo tempo que as mulheres estão lidando com os desafios normais do confinamento e trabalho remoto, uma parte pesada do trabalho “invisível” recai sobre elas e as penaliza ainda mais durante a pandemia.

Ao encontro disso, outro aspecto importante a ser destacado é o papel desempenhado pelas mulheres no que diz respeito aos trabalhos de cuidado, que são essenciais, historicamente invisibilizados. Cuidar é um trabalho duro, árduo, emocionalmente exigente, tenso, que sobrecarrega muito mais as mulheres do que os homens. Nas famílias com idosos ou pessoas com necessidades especiais, a tarefa de cuidar e garantir a sobrevivência e a saúde também recai sobre as mulheres, que dedicam seu tempo quase que integralmente para isso.

Precisamos ter em mente, ainda, que tanto os trabalhos de cuidado quanto os de reprodução, subvalorizados e invisibilizados, são desempenhados, em sua maioria, por mulheres negras. Com a pandemia, as desigualdades sociais que desde o início da história do Brasil recaem sobre a população negra e, especialmente, sobre as mulheres negras, se tornam ainda mais evidentes. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD - Covid-19 2020) apontou que a população negra é a que mais adoece e morre, a que mais é

afetada pelo desmantelamento das políticas públicas. Além disso, o levantamento também apontou que as mulheres negras são o segmento mais afetado com a redução/ interrupção de renda pelo distanciamento social (como no caso das trabalhadoras domésticas sem carteira assinada) e as mais atingidas pelo desemprego.

Outro fator que precisa ser destacado e que coloca em risco a vida de milhares de mulheres é o aumento dos índices de violência doméstica, uma questão global e um problema de saúde pública que atinge todas as classes sociais e diferentes níveis de formação cultural, educacional, religiosa e profissional. Em meio à pandemia da Covid-19, o isolamento físico tem sido a medida mais segura para amenizar o contágio e a propagação do vírus. Com mais homens e mulheres dentro de casa, porém, o número de agressões aumentou. Em nível de País, dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apontam que, somente no mês de abril, a quantidade de denúncias de violência contra as mulheres recebidas no canal 180 cresceu quase 40% em comparação ao mesmo período de 2019. No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, dados da Secretaria de Segurança Pública apontam que só no mês de julho de 2020 foram registradas 2.295 ameaças, 1.155 casos de lesão corporal, 95 estupros, dois feminicídios e 22 tentativas de feminicídio no Estado. Em Passo Fundo, no mesmo período, os registros são de 69 ameaças, 31 casos de lesão corporal, um estupro e uma tentativa de feminicídio. Cabe ressaltar, contudo, que esses dados dizem respeito aos casos registrados pela Delegacia da Mulher e não contemplam os índices de subnotificação.

A violência contra a mulher não se dá somente porque os homens em muitos casos estão nervosos pela perda do emprego, por dificuldades econômicas ou pelo excesso de consumo de álcool. A violência acontece pela condição social que vivemos e pela dificuldade que temos, até hoje, de assegurarmos que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e deveres. Quando a violência doméstica ocorre, por detrás dela existe a ideia de alguém que “chefia” a

casa e, por isso, tem direitos adicionais sobre os outros moradores. Seus desejos e vontades precisam ser satisfeitos antes dos desejos e vontades dos outros. Suas preocupações e problemas se tornam superiores aos das outras pessoas. E, assim, a violência acontece e se legitima. Eliminar a violência doméstica é uma necessidade e passa pela conscientização e por um trabalho intenso para mostrar que as mulheres também são protagonistas das famílias (e em muitos casos, são as únicas responsáveis por elas).

Refletir acerca de todos esses desafios impostos às mulheres no contexto de pandemia e pensar estratégias, enquanto sociedade, para enfrentá-los é um dever para todas aquelas e todos aqueles que acreditam na construção de um mundo mais justo e de igualdade.

A saga humana: o tempo e o direito

Julio Ramos¹

Há 3,6 milhões de anos, um grupo de *Australopithecus Afarensis*, uma espécie de homínídeo, saiu para passear. Uma instituição imaginária, na qual o tempo constrói e é construído, institui e é instituído, ou seja, o Direito é uma instituição temporal. Estudos indicam que esses seres ancestrais aos homens modernos andavam em grupos por motivos que remetem concluir que tinham noção de proteção mútua. Indicam os estudos que as pegadas se dividiam entre machos e fêmeas e estavam alinhadas em uma mesma trilha, concluindo que andavam em grupo e para o mesmo sentido geográfico.

Independentemente de todas explicações plausíveis, percebemos que havia no grupo estudado um sentimento mútuo de proteção e curiosidade pelo caminhar em direção de algum lugar e descobrir – não ficar parado e não ser inerte diante do mundo. Mas a verdadeira conclusão a que se chega é que o grupo desenvolvia afeto entre seus membros, pois a superposição das pegadas sugere que poderiam estar de mãos dadas. Passadas trezentas mil

¹ Advogado Trabalhista, professor de Direito do Trabalho e associados da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo. Este pequeno artigo foi redigido com base nas obras: *O Tempo e o Direito* de François Ost e *A Grande História da Evolução* de Richard Dawkins.

gerações estamos discutindo afetos e a importância evolutiva do legado de nossos ancestrais como fator evolutivo determinante. Os darwinistas creditam à natureza e à capacidade de adaptação como os motores da evolução, contudo, o afeto, que permeia nossa existência, é um dos mais generosos e importantes legados evolutivos. O ser humano tem dentro de si o diferencial evolutivo da empatia do amor e da capacidade de amar ao outro ser. Os direitos humanos representam a síntese social mais avançadas do objetivo e da razão de evoluirmos como seres e a única possibilidade de continuarmos a caminhar e deixarmos nossas pegadas pela Terra.

Do ponto de vista teórico doutrinário, o Direito é um mecanismo de controle de nosso passado, de garantia do nosso passado. De um ponto de vista crítico, ele pode ser uma promessa, pode ser algo que aponta para o futuro. O tempo é uma instituição social, é uma construção social, isto quer dizer que não existe o tempo em si, pois o tempo é construído pela sociedade. O Direito é um dos elementos da sociedade, é composto no seu tecido de instituições, decisões, valores, desejos, atos e experiências.

François Ost, na obra *O Tempo do Direito* propõe uma observação relacional entre o tempo e o direito, dividindo e extraindo da divisão uma imbricada e complexa relação entre quatro elementos que fazem parte da formação do conceito de tempo que resulta no direito.

A memória. O Direito é a memória da sociedade. O que são os cartórios, os arquivos, os nossos documentos, senão aquilo que está dentro da memória do Direito, ou falando normativamente, só é válida a memória jurídica, o Direito tem como função manter a memória. Nesse sentido, o Direito está muito ligado à ideia de tradição, então o Direito constrói uma certa sociedade, é a memória da sociedade, ele mantém a tradição. Não existe Direito sem passado, sem memória, sem tradição.

O perdão. O Direito necessita do perdão. Mas o perdão como uma seleção de esquecimento, porque perdoar não é esquecer

tudo. Além do mais, o perdão é realizado por um terceiro, o Poder Judiciário, que encaminha esses processos de perdão. O perdão liberta o ser objeto da condenação com a sentença, contudo, a maior e mais significativa libertação do perdão é social, pois efetiva o esquecimento seletivo racional.

A promessa. A promessa é uma tentativa de construção do futuro. O que é, por exemplo, o constitucionalismo? É um conjunto de promessas, é a tentativa de construir uma nova sociedade no futuro. A promessa é extremamente importante no sentido de que ela tem que romper com a tradição, mas tem que fazer esse rompimento com a tradição de uma maneira sofisticada, aí nós entramos no quarto aspecto, que é o questionamento.

O questionamento. Significa o aspecto mais importante da reprodução do tempo no Direito, porque o questionamento não significa o rompimento com as promessas, porque se for um rompimento com as promessas nós negamos o novo. Mas, ao mesmo tempo, o questionamento também não pode ser um rompimento completo com a memória, pois sem memória, sem passado, não temos história, e ficaríamos também num espaço vazio.

Segundo a teoria tridimensional do direito, ele se compõe em seu DNA de fato, valor e norma. Os fatos da vida social, influenciados pelos mais diversos fatores como economia, religião, tradições e experiências sociais tensionam, sem que se toquem valores morais que estão diretamente relacionados com o binômio tempo/espaço. Por sua vez, fatos e valores se atraem e geram uma situação extrema de criação/desconstrução que se traduz na norma. Por conseguinte, essa nova estrutura normativa cria novos fatos e, ato imediato novos valores morais que estruturam novas normas. Atividade infinita, incontável e não estática que se desdobra dentro de uma dialética que não suporta o binômio certo/errado ou o determinismo absoluto de fórmulas que tentam reduzir a experiência humana em certo ou errado, bom e mau.

O Direito tem que ter a capacidade de construir, reconstruir e desconstruir o tempo e a si próprio. Diferente da visão de Kelsen sobre um direito estático, positivado em rígidas colunas sustentadas pela hierarquia da norma pura, o Direito é produto da alma humana e não admite ser aprisionado em regras que tiram dele a capacidade dinâmica e líquida de reconhecer e criar realidades tendo como ingredientes a filosofia, a sociologia, a história, a economia, a religião e a própria experiência de vida registrada nas pegadas daqueles que, por necessidade/curiosidade mas, sobretudo, coragem, marcaram nosso caminho com seus pés no solo deste planeta para continuarmos a saga existencial em busca da felicidade, do belo e do intangível.

ACESSE OS DIÁLOGOS DIREITOS HUMANOS EM TRAVESSIA

Encontro 1

Tema: A pandemia Covid-19

Assessoria: Valdevir Both

Data: 28 de março de 2020

Este encontro não foi gravado

Encontro 2

Tema: Direitos Humanos
no pós-pandemia

Assessoria: José André da Costa

Data: 4 de abril de 2020

[Vídeo Completo](#)



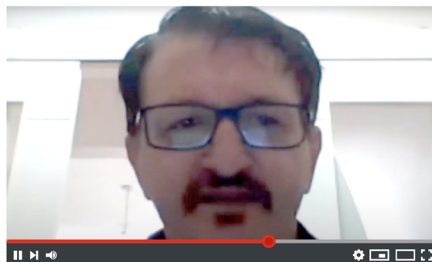
Encontro 3

Tema: Ética e Ciência no contexto da pandemia

Assessoria: Paulo César Carbonari

Data: 11 de abril de 2020

[Vídeo Completo](#)



Encontro 4

Tema: Direito à Cidade e a Covid-19

Assessoria: Edivânia Rodrigues da Silva

Data: 18 de abril de 2020

[Vídeo Completo](#)



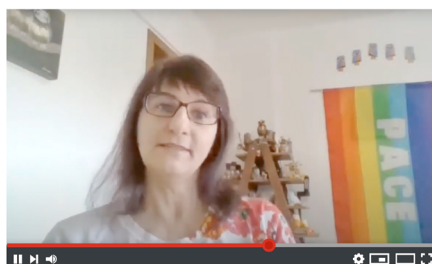
Encontro 5

Tema: Espiritualidade e a arte de cuidar no contexto da pandemia

Assessoria: Nilva Rosin

Data: 25 de abril de 2020

[Vídeo Completo](#)



Encontro 6

Tema: Imaterialidade e cuidado do corpo em contexto de pandemia

Assessoria: Israel Kujawa

Data: 02 de maio de 2020

[Vídeo Completo](#)



Encontro 7

Tema: O estado de exceção na pandemia

Assessoria: Ésio Francisco Salvetti

Data: 09 de maio de 2020

[Vídeo Completo](#)



Encontro 8

Tema: A crise do neoliberalismo e a pandemia

Assessoria: João Alberto Wohlfart

Data: 16 de maio de 2020

[Vídeo Completo](#)



Encontro 9

Tema: Direitos de crianças e adolescentes no contexto da Covid-19

Assessoria: Dalmir Franklin

Data: 23 de maio de 2020

[Vídeo Completo](#)



Encontro 10

Tema: Educação no contexto da pandemia de Covid-19

Assessoria: Eldon Henrique Mühl

Data: 30 de maio de 2020

[Vídeo Completo](#)



Encontro 11

Tema: Economia de Francisco e Clara

Assessoria: Andrei Thomas Oss-Emmer

Data: 06 de junho de 2020

[Vídeo Completo](#)



Encontro 12

Tema: Direitos das mulheres no contexto da Covid-19

Assessoria: Eva Valéria Lorenzato e Equipe

Data: 13 de junho de 2020

[Vídeo Completo](#)



Encontro 13

Tema: Acesso à justiça em tempos de Covid-19

Assessoria: Luis Christiano Aires

Data: 04 de junho de 2020

[Vídeo Completo](#)



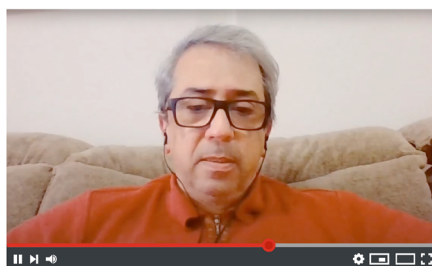
Encontro 14

Tema: Direitos dos/as trabalhadores/as na pandemia

Assessoria: Julio Ramos

Data: 27 de junho de 2020

[Vídeo Completo](#)



Encontro 15

Tema: Participação em controle social em saúde na pandemia

Assessoria: Fernando Pigatto

Data: 11 de julho de 2020

[Vídeo Completo](#)



Todos os encontros podem ser acessados no site da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo www.cdhpf.org.br